UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE PEDAGOGIA

MATEUS DIAS MATOS

EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA PRECARIZADA: ACIDENTE, INCOMPETÊNCIA OU PROJETO POLÍTICO?

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2025

Mateus Dias Matos

Educação pública brasileira precarizada: acidente, incompetência ou projeto político?

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título em licenciado em pedagogia.
Orientador: Professor Dr. Márcio Bernardes de Carvalho

Miracema do Tocantins, TO
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M433e Matos, Mateus Dias.

Educação pública brasileira precarizada: acidente, incompetência ou projeto político?. / Mateus Dias Matos. – Miracema, TO, 2025.

72 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.

Orientador: Márcio Bernardes de Carvalho

1. educação. 2. escola pública. 3. precarização. 4. luta de classes. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MATEUS DIAS MATOS

EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA PRECARIZADA: ACIDENTE, INCOMPETÊNCIA OU PROJETO POLÍTICO?

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia para obtenção do título em licenciado em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data da aprovação: 04/07/2025

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho, Orientador, UFT

_____

Profa. Dra. Juliana Chioca Ipólito, Examinadora Interna, UFT

_____

Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho, Examinador Interno, UFT

_____

Profa. Dra. Luciane Silva de Souza, Examinadora Interna, UFT

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à minha família. Em especial à minha mãe, Eva Dias da Silva, essa pessoa maravilhosa que, embora tenha pouca escolaridade, sempre destacou a importância do estudo. Ela me mostrou que o conhecimento, por mais fundamental que seja, não define o valor de uma pessoa, e que até mesmo o maior estudioso, deve ser sempre respeitoso e tratar bem as pessoas. Ela sempre nos incentivou, seus filhos, a continuar os estudos. Também agradeço aos meus irmãos, Kelvyn Hathayan Dias Gomes e Lucas Dias Gomes, pelo apoio incondicional em todas as decisões importantes da minha vida, em seus vários setores. Por fim, mas não menos importante, meu profundo agradecimento ao meu pai de criação, Frederico Jardim Gomes, que infelizmente não está entre nós, mas se fez uma figura paterna presente durante minha infância e adolescência, sendo o exemplo de homem que eu pretendo me tornar e sei que, onde quer que esteja, continua a olhar por mim.

Gostaria de agradecer também aos amigos e amigas que fiz ao longo dessa jornada acadêmica, e já peço perdão de maneira antecipada caso eu esqueça de citar alguém. Quero que vocês saibam que fizeram desse tempo que eu estive na UFT, um período mais leve de se viver; uma temporada gostosa de novas experiências e descobertas e acima de tudo, um tempo de criação de laços afetivos com pessoas incríveis que só foi possível porque vocês estiveram aqui comigo, muito obrigado de verdade: Camilla, Kallyne, Natally, Camylle, Pedro, Hemilly, Carlos, Vitória, Dione, Edimilson, Ana Balbina.

Não poderia esquecer de agradecer ao meu orientador, Márcio Bernardes de Carvalho, que é um excelente professor, um ótimo orientador que sempre foi muito paciente e estava disposto toda hora a me ajudar na escrita dessa pesquisa e em outras situações da minha vida acadêmica. Além disso, é a maior figura marxista que já conheci, um defensor incansável das causas do povo trabalhador, defendendo até quem não é seu aluno. Essa postura o tornou minha maior inspiração durante a elaboração deste trabalho, ampliando ainda mais minha grande admiração por ele. Também sou muito grato por ele ter me proporcionado junto da professora Luciane a experiência de eu me apresentar no meu primeiro evento acadêmico de importância nacional que foi a XVII Jornada do HISTEDBR.

Meus agradecimentos também para o professor Francisco Gonçalves Filho, mais conhecido na UFT como professor Xico, por me fazer encantar pelo seu jeito

leve, livre, divertido e encantador de ensinar sempre com um sorriso no rosto. Por me fazer gostar de algo que eu nunca, nem em cem anos pensei que eu iria gostar de passar horas e horas o escutando falar e cantar com seus olhos brilhando de empolgação que é a capoeira, mas não qualquer capoeira, mas sim a Capoeira Angola, a capoeira de Mestre Pastinha.

Agradecer também a todos os professores bons e os nem tão bons assim que fizeram parte da minha caminhada durante a minha graduação nesse curso que eu estou me formando e faço questão de assumir que eu sou pedagogo.

Agradecido também a todos os trabalhadores que mantem essa universidade de pé funcionando, sejam eles, técnicos, terceirizados, coordenadores, diretores, pois a universidade é feita por pessoas que a compõe.

Viva a Universidade Federal do Tocantins!

Viva a universidade pública, gratuita e laica!

Viva a educação pública!

Não há como negar: a fome fere mortalmente o corpo, mas é a ignorância que extingue a alma coletiva. Enquanto a primeira mata indivíduos, a segunda assassina sociedades inteiras, sepultando sua potência histórica sob os escombros da alienação. Eis por que a crise da educação é, em última instância, mais catastrófica que a crise de fome — ela não apenas reproduz a miséria, mas inviabiliza sua superação. **(**FERNANDES**,** 2020, p. 155-156**)**

RESUMO

A presente pesquisa buscou investigar como se dá o processo de precarização nas escolas públicas brasileiras e quem pode ou não se beneficiar desse contexto, analisando se decorre de acidente, incompetência ou projeto político. Os objetivos específicos do trabalho foram: a. Observar como a precarização das escolas públicas afeta na construção de uma sociedade democrática brasileira; b. Identificar como a classe dominante influencia o modelo de escola pública; c. Verificar a relação entre a luta de classes e a construção da escola pública brasileira. Adotou-se a metodologia qualitativa de caráter bibliográfico e documental, fundamentada nas obras de Dermeval Saviani (2002, 2012, 2013a, 2013b, 2020), Ruy Braga (2012) e Rodrigo Lamosa (2020). Através dessa pesquisa que trabalhou com o conceito aproximado de precariado relacionando-o com outros setores da sociedade, chegou-se à conclusão que a precarização da escola pública brasileira é um projeto político da classe burguesa para manter o status quo da sociedade, beneficiando assim os interesses dominantes em detrimento aos interesses da classe trabalhadora, impedindo o acesso a uma educação pública emancipatória e de qualidade.

Palavras-chave: precarização. escola pública. classe burguesa. classe trabalhadora.

ABSTRACT

This research sought to investigate how the process of precarization occurs in brazilian public schools and who may or may not benefit from this context, analyzing whether it stems from accident, incompetence, or political project. The specific objectives of the work were: a. To observe how the precarization of public schools affects the construction of a democratic brazilian society; b. To identify how the dominant class influences the public school model; c. To verify the relationship between class struggle and the construction of the brazilian public school. A qualitative methodology of bibliographic and documentary nature was adopted, grounded in the works of Dermeval Saviani (2002, 2012, 2013a, 2013b, 2020), Ruy Braga (2012), and Rodrigo Lamosa (2020). Through this research, which worked with the approximate concept of *precariat* relating it to other sectors of society, it was concluded that the precarization of the brazilian public school is a political project of the bourgeois class to maintain the *status quo* of society as it currently stands, thereby benefiting dominant interests to the detriment of the working class, preventing workers from accessing an emancipatory and quality public education.

Keywords: precarization. public school. bourgeois class. working class.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9

2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E ESCOLA PÚBLICA 11

2.1 Historicidade da escola pública 16

2.2 Precarização: possibilidade de conceituação e reflexão 21

3 PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA 29

3.1 Análise da infraestrutura das redes públicas e privadas de educação no estado do Tocantins e no Brasil 29

3.2 Resultados da análise dos dados 35

4 A RELAÇÃO ENTRE LUTA DE CLASSES E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA 46

4.1 Todos pela Educação e a educação pública 49

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 62

REFERÊNCIAS 66

MEMORIAL 69

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática da precarização da escola pública brasileira através de uma pesquisa bibliográfica e documental baseada nos seguintes autores: Dermeval Saviani (2002, 2012, 2013a, 2013b, 2020) Florestan Fernandes (2020), István Mészáros (2008) e Rodrigo Lamosa (2020), entre outros.

O método utilizado nessa pesquisa foi a de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. Segundo Severino (2013, p. 106) pesquisa bibliográfica é:

> aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (SEVERINO, 2013, p. 106)

Tal pesquisa é motivada pelo fato de o autor ser filho de pais da classe trabalhadora no qual sempre estudou em escolas públicas e isso contribuiu para a formação pessoal e para a carreira acadêmica como futuro pedagogo. A justificativa acadêmica dessa pesquisa se dá por conta da revisão que o escritor procura fazer nos materiais já produzidos a respeito do tema e fornecer sua contribuição nessa área. E por último a justificativa social se dá na tentativa de popularizar o tema para que a comunidade entenda os motivos que levaram a educação pública brasileira estar precarizada nos dias atuais.

Como problema de pesquisa tentamos responder por quais razões a escola pública brasileira está precarizada e quem pode, ou não, se beneficiar desse contexto.

Este trabalho tem como objetivo geral entender como ocorre o processo de precarização na escola pública brasileira e como isso pode estar ou não alinhado com os interesses de certa classe social. Como objetivos específicos definimos: a. Observar como a precarização das escolas públicas afeta na construção de uma sociedade democrática brasileira; b. Identificar como a classe dominante influencia o modelo de escola pública; c. Verificar a relação entre a luta de classes e a construção da escola pública brasileira.

No que diz respeito à estrutura dessa pesquisa, ela está dividida em cinco partes, contando inclusive com essa introdução que é a primeira parte, seguido de três capítulos do desenvolvimento que constituem a segunda parte.

O primeiro capítulo é subdividido em três seções, onde na primeira será apresentado alguns conceitos importantes para o desenvolvimento desse estudo como, por exemplo, educação, escola, escola pública, trabalho, entre outros. Na segunda seção será realizada um breve resumo da história da escola pública. E na terceira seção, o capítulo é concluído expondo, a relação entre o parque industrial da região do ABCD paulista com a educação pública.

No segundo capítulo será apresentado o processo de precarização das escolas públicas na prática. Essa parte é subdividida em duas partes, no qual a primeira é para apresentação dos dados coletados pelo Censo Escolar 2024 e organizado no site QEdu e a segunda parte é para expor os resultados da análise feita com as informações mostradas na primeira parte.

O terceiro e último capítulo está subdividido em duas partes, onde na primeira eu irei conceituar luta de classes e como isso influencia na construção de uma escola pública de qualidade, trazendo uma contextualização e o conceito utilizando Marx (2023). Na última seção deste capítulo irei expor como a classe dominante atua para influenciar na construção de escolas públicas de qualidade.

A terceira parte da pesquisa é composta pelas considerações finais, sintetizando os argumentos e chegando à conclusão obtida por meio da investigação científica. Na quarte parte são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas para a produção desse trabalho e por fim no apêndice desse trabalho, consta um memorial da minha trajetória acadêmica até quando eu me tornei aluno do curso de pedagogia da Universidade Federal do Tocantins.

2 EDUCAÇÃO, TRABALHO E ESCOLA PÚBLICA

Esse capítulo debaterá uma aproximação científica de precarização, apresentando na primeira parte do capítulo os conceitos de educação, escola e escola pública na visão da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), trazendo assim em uma segunda parte um breve histórico da educação no Brasil e, por fim, uma terceira parte expondo como ocorreu o processo de precarização no setor metalúrgico do ABCD Paulista durante a época da ditadura militar e como isso pode se relaciona com o setor da educação pública.

Para isso a pesquisa utilizou como principais autores Dermeval Saviani (2002, 2012, 2013a, 2013b, 2020) e Ruy Braga (2012), além de utilizar de outros autores para complementar a pesquisa como por exemplo, Florestan Fernandes (2020), István Mészáros (2008), Álvaro Vieira Pinto (1993), entre outros.

Antes de falarmos sobre escola pública é preciso primeiro falar sobre educação, pois, a educação é bem mais ampla e não se limita ao ambiente acadêmico, seja ele a escola, a universidade ou outra instituição de ensino. Saviani em seu livro Pedagogia Histórica-crítica: primeiras aproximações (2013) diz que a educação é um fenômeno exclusivamente humano. O autor destaca que o trabalho constitui o diferencial essencial entre humanos e outros animais: enquanto estes adaptam-se à natureza para sobreviver, os seres humanos, por meio do trabalho, transformam a natureza em seu benefício.

O trabalho nesse contexto é entendido como uma ação intencional que busca atingir uma finalidade. Karl Marx (2013, p. 255) assim define o conceito de trabalho:

> O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil par sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (grifo do autor). (MARX, 2013, p. 255).

Portanto, podemos afirmar que a educação é uma modalidade de trabalho, já que a educação é um processo contínuo e intencional (PINTO, 1993).

Saviani (2013, p. 13) diz que “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”, ou seja, para ele a educação é uma produção de forma direta e propositalmente em cada humano de forma individual, pois, cada pessoa é diferente uma da outra e tem suas próprias particularidades, da humanidade que foi produzido ao longo da história da espécie humana e de forma coletiva pelos homens.

Já Pinto (1993), outro pesquisador crítico da área da educação, afirma que:

> A educação é um fenômeno *cultural.* Não somente os conhecimentos, experiências, usos, crenças, valores, etc. a transmitir ao indivíduo, mas também os métodos utilizados pela totalidade social para exercer sua ação educativa são parte do fundo cultura da comunidade e dependem do grau de seu desenvolvimento. (PINTO, 1993, p. 31, grifos do autor)

Utilizamos duas conceituações de educação, na qual a primeira trata a educação como trabalho e a segunda lida com a educação sendo um dos elementos que constitui a cultura de um povo local. Fica claro que a educação não se resume apenas a transmissão de conhecimentos. Se trata de assimilação de elementos que compõem aquela sociedade naquele tempo histórico onde ela se situa, pois, dependendo do local, do tempo e das condições econômicas do povo em questão, a educação pode variar muito. Em síntese podemos dizer que a educação “tem a ver com ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades” (SAVIANI, 2013, p. 12) que juntos vão contribuir para o desenvolvimento do ser humano e para a construção da sua humanidade assim como a do coletivo.

Apesar dessa pesquisa trazer esses dois conceitos de educação não existe um consenso geral sobre o que é educação, sendo esse conceito disputado por diversos grupos e ambas as definições apresentadas nessa pesquisa são defendidas por pedagogias contra hegemônicas que lutam contra a visão neoliberal da educação, sendo a primeira defendida pela Pedagogia Histórica Crítica (PHC), no qual seu fundador é o professor Dermeval Saviani e a segunda se aproxima da pedagogia libertadora no qual tem seu máximo expoente Paulo Freire. Agora que já foi abordado alguns conceitos referentes a educação é preciso dizer que o foco dessa pesquisa é a educação formal, institucional, ou seja, aquela trabalhada nas escolas e nas universidades.

Na nossa sociedade atual a instituição responsável pela educação básica formal são as escolas. Saviani (2013) afirma que:

> [...] a escola é uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado.
> Vejam bem: eu disse saber sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo, ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular (SAVIANI, 2013, p.14)

Por meio dessa citação Saviani deixa explícito que a preocupação da escola é com o conhecimento científico, não que ele desconsidere os outros tipos de conhecimentos, porém no âmbito educacional o que deve prevalecer é a ciência. Isso se dá porque no grego segundo Saviani (2013) temos três termos que se referem ao conhecimento, o primeiro é o que conhecemos por conhecimento popular, também conhecido por senso comum ou opinião, que era chamado de *doxa* pelos antigos gregos, e ele tem sim sua importância, porém fora do ambiente educacional, pois, em diversos casos, carece de fontes confiáveis para se verificar sua autenticidade; como por exemplo, quando alguém é alvo de um ataque de água viva em uma praia de água salgada, tem-se um dito popular que urina humana faz bem para o tratar o machucado causado por esse animal marinho. Porém, o Portal Drauzio Varella (BRUNA, 2020, s/p) não recomenda esse tipo de prática de maneira nenhuma, e ainda alerta que esse tipo de atitude pode piorar ainda mais a situação da vítima, pois a urina pode fazer com que a toxina liberada pela água-viva se espalhe ainda mais rápido. Se cada pessoa fosse tratar com algo diferente a queimadura causada por uma água-viva, as escolas, centros de estudos, universidades e outras instituições de ensino não se justificariam. (SAVIANI, 2013).

Depois temos a *episteme* que diz respeito ao conhecimento científico que é produzido ao longo do tempo, verificado, testado e que nos tempos atuais é o que deve prevalecer nas escolas (SAVIANI, 2013).

E por último temos o termo *sofia* que trata do que conhecemos popularmente por sabedoria, que é o conhecimento adquirido pela vivência, e caso a sabedoria fosse prevalecer sobre o conhecimento cientifico, não precisaria da escola pois como a sabedoria se adquire com o tempo bastaria as pessoas irem vivendo e garantindo sua existência por meio do trabalho que elas iriam se educar e quando chegasse a uma idade avançada já seriam sábias dispensando assim a necessidade da escola.

Agora que já falamos brevemente sobre o conceito de escola, é hora de abordar sua grande variedade presente aqui no Brasil: escola pública, privada, militar, filantrópica, confessional, entre outras. Não falaremos das características de cada uma, pois não é o tema desse trabalho, dito isso, focaremos apenas na escola pública.

Segundo Lombardi, Saviani, Nascimento (2005, p. 3) a escola pública:

> [...] corresponde à escola popular, destinada a educação de toda a população. [...] no século XIX se difundiu a noção de instrução pública vinculada a iniciativa de [...] permitir o acesso de toda a população de cada país a uma escola capaz de garantir o domínio das competências relativas ao ler, escrever e contar. [...] a escola pública estava referida, fundamentalmente, ao ensino elementar. (LOMBARDI, SAVIANI, NASCIMENTO, 2005, p. 3)

Hoje sabemos que a escola pública cobre não apenas o ensino elementar, antigo ensino primário, mas também abarca desde a educação infantil até o ensino médio, passando por todo o ensino fundamental I e II. A importância da escola pública comparado ao setor privado é tanta que segundo os dados do Censo Escolar de 2024, as matrículas na rede pública de ensino alcançaram o número de 37.571.090 alunos, o que representa 79,8% das matrículas de toda rede pública e privada (INEP 2024).

Numa concepção ingênua de escola pública, algumas pessoas podem entender que esta escola se assemelha a um depósito humano para atender à necessidade dos pais ou os responsáveis de terem um local para deixarem o estudante quando for trabalhar e pegá-lo no final do dia. Lá ele fica protegido, é alimentado e aprende conhecimentos pragmáticos que irão utilizar na vida adulta em sociedade.

Para Saviani (2013) e outros pensadores críticos da educação essa é uma visão errada da escola, pois a responsabilidade principal da escola é com o ensino do conhecimento científico. A questão da alimentação e segurança são aspectos secundários da escola que compõem o processo educativo, mas que a escola garante porque está ciente de que a educação é composta de múltiplas variáveis, como por exemplo, o fato de propiciar alimentação é por estar consciente de que alunos com fome não vão aprender adequadamente, principalmente quando se trata do ensino público que procura atender todos os grupos sociais, desde as famílias mais vulneráveis economicamente até sujeitos com boas condições financeiras.

Do mesmo modo que as demais instituições da nossa sociedade desempenham uma função social, com a escola não é diferente. Para os pesquisadores capitalistas o papel da escola é a formação de cidadãos úteis que sirvam para manter o mundo do trabalho funcionando e gerando riquezas para os mais abastados. Mészáros (2008, p.35) critica esse posicionamento e argumenta que nessa lógica a escola se tornou responsável por:

> fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro

> de valores que legitima os interesses dominantes. [...] Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. (MÉSZÁROS, 2008, p.35)

Nessa linha de pensamento a escola se torna uma fábrica que está constantemente fornecendo material humano qualificado para as demandas do mundo de trabalho para que dessa forma a engrenagem do capitalismo nunca deixe de funcionar.

Para os pesquisadores da Pedagogia Histórico-Crítica, como por exemplo Saviani (2013), a função social da escola pública é a socialização do saber sistematizado, até porque:

> [...] o homem não se faz homem naturalmente; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica no trabalho educativo. (SAVIANI, 2013, p.7)

E a escola é justamente esse lugar que vai permitir que aquele aluno tenha acesso aos conhecimentos científicos produzidos pelos mesmos da sua espécie ao longo da história da humanidade e que vai constituir a sua formação humana.

Já Fernandes (2020), outro pensador crítico, diz que apenas a socialização do saber sistemático não é o suficiente, a escola pública também deve ser responsável pelo despertar da consciência política dos alunos que frequentam aquela escola.

> A escola não é apenas uma fonte de instrução, é uma fonte de socialização e do despertar da consciência, do 'eu', da pessoa da dimensão da política. [...] a personalidade dos estudantes, filhos da classe trabalhadora, não fique deformada e nem adestrada como correias de transmissão de uma máquina operada a distância. (FERNANDES, 2020, p. 229)

Ou seja, para Fernandes não basta a escola ser um local de acesso ao conhecimento científico, ela deve ser um lugar de socialização do saber onde todos possam aprender com todos e ainda desempenhar o papel de despertar da consciência política do aluno, e que o mesmo tenha uma personalidade que permita que ele não seja submisso aos mecanismos do mercado de trabalho.

Nesse tópico foram debatidos os conceitos de educação, trabalho e escola, além da função social desta última. Apesar disso, é importante reforçar que não existe um consenso geral para definir o que é educação, e os termos apresentados nesse tópico estão em constante disputa pelas classes sociais que compõem nosso mundo (burguesia/proletariado). Também vale a pena destacar que essas noções são de extrema importância para entender a realidade contemporânea, pois, dependendo de

como a pessoa faça essa análise, as instituições públicas e o que elas representam terão diferentes valores e funções.

2.1 Historicidade da escola pública

Esse subtópico tem como objetivo trazer uma breve história da escola pública, utilizando como principal teórico, Saviani (2002, 2013, 2021), para falar desde a primeira ação educacional no Brasil com os jesuítas lá em 1549 até a Reforma do Ensino Médio em 2017 no governo Temer.

Antigamente o ser humano vivia um momento que Saviani (2013, p. 81) chamou de “modo de produção comunal” onde os meios necessários para garantir a sobrevivência do homem era realizado por meio da agricultura de uso comum, ou seja, não existia propriedade privada e a terra que era responsável pela existência daquele grupo era utilizado por todos. A educação se dava junto ao modo de produção da vida material, ou seja, conforme você ia vivendo você ia aprendendo.

Porém isso veio a mudar com a invenção da propriedade privada, pois, os donos das terras colocavam os não proprietários para trabalharem nessas terras para garantir a existência e lucros dos proprietários as custas da exploração dos trabalhadores. Esta questão cria uma classe ociosa que dispunha de tempo livre (proprietários de terra) e outra que só dispunha da sua força de trabalho para sobreviver (trabalhadores). Assim se deu a estrutura da Idade Antiga e da Idade Média, onde os escravos sustentavam a sociedade escravista da época e os servos eram o pilar da sociedade da sua época, no caso a Idade Média, e nesse contexto se deu o surgimento da escola (SAVIANI, 2013).

Segundo Saviani (2013) a origem da palavra escola:

> *Escola,* em grego, significa “o lugar do ócio”. O tempo destinado ao ócio. Aqueles que dispunham de lazer, que não precisavam trabalhar para sobreviver, tinham que ocupar o tempo livre, e essa ocupação do ócio era traduzida pela expressão *escola*. Na Idade Média, evidenciou-se a expressão latina *otium cum dignitate,* o “ócio com dignidade”, isto é, a maneira de se ocupar o tempo livre de forma nobre e digna. (SAVIANI, 2013, p. 81, grifos do autor)

Ou seja, enquanto os senhores de escravos e os senhores feudais frequentavam a escola para ocupar seu tempo ocioso, escravos e servos aprendiam enquanto trabalhavam a terra, para garantir sua existência e o lucro do seu senhor.

Porém, isso veio a mudar na Idade Moderna com o surgimento da burguesia. Nessa época a terra perde o papel de ser o principal meio de produção de existência humana dando lugar a uma grande variedade de instrumentos de trabalhos, fazendo com que o foco deixe de ser o campo e vire a cidade, e que a indústria assuma o lugar de importância que outrora foi exclusivamente da agricultura. A classe dominante então passa a ser a burguesia, que é caracterizada por sua necessidade de produção contínua para alimentar a fome insaciável do capital. Com isso, as cidades vão passar por um processo intenso de industrialização que vai ditar o modo de vida das pessoas daquela época e, consequentemente, vai gerar uma necessidade de conhecimento intelectual que vão buscar solucionar universalizando a escola básica, fazendo com que, dessa forma, a educação escolar passe a ser a forma dominante de pensamento (SAVIANI, 2013).

No Brasil a primeira ação educacional institucional é datada de 1549, com a chegada dos jesuítas no Brasil Colônia, comandados pelo Padre Manoel da Nóbrega cumprindo ordens do então rei de Portugal, D. João III. Esse plano de ensino elaborado por Nóbrega:

> [...] se iniciava com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com o a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, de outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam à realização de estudos superiores na Europa. (SAVIANI, 2021, p. 148)

Entende-se que a educação não era igual para todos, enquanto para uns tinha um caráter mais “produtivista” ensinando esse pessoal a como trabalhar na terra por meio de atividade laboral, para outra parcela da população era focado em fazer com que os filhos da classe dominante tivesse acesso ao ensino superior na Europa, demonstrando mais uma vez um caráter dualista da educação, que para os povos nativos brasileiros era destinado uma prática voltada a produção agrícola enquanto para os outros uma educação que permitisse que eles tivessem acesso ao ensino superior europeu. A essa educação foi dada o nome de pedagogia brasílica (SAVIANI, 2012).

Por motivos de conflitos internos dentro da Igreja, esse plano de ensino foi substituído por outro chamado de “*Ratio Studiorum*”, que constavam com mais de 400 regras e englobava todas as atividades de todos os cargos envolvidos no processo de ensino. Tal plano privilegiava a formação das elites baseado nas “humanidades”. O ensino jesuíta continuou contando com o apoio e incentivo da coroa portuguesa e

durou até 1759, quando o marquês de Pombal, então primeiro ministro do rei de Portugal, expulsou os jesuítas do Brasil (SAVIANI, 2002).

Com objetivo modernizar Portugal, a expulsão dos jesuítas do Brasil iniciou uma série de reformas. Naquela época o Iluminismo defendia o desenvolvimento científico como forma de progresso e a valorização da razão no lugar da fé. O Marquês de Pombal foi influenciado pelos ideais iluministas e isso veio ter consequências na educação portuguesa e da colônia brasileira, como por exemplo, a introdução das "aulas régias" que iam contra as ideias religiosas e a determinação de que a educação era um privilégio do Estado.

Todavia várias destas reformas na área da educação não vieram a ser efetivadas por uma série de motivos, e entre eles estavam o medo que por meio do ensino a colônia se rebelasse e fosse atrás de sua independência.

Porém, a independência da colônia que obedecia a coroa portuguesa só viria a acontecer em 1822 quando assim o Brasil se tornou um país monárquico comandado por D. Pedro I. Em 1823, o país sofre um golpe de Estado onde o imperador dissolve a Assembleia Constituinte que estava a debater uma nova constituição do Brasil, fechando assim o parlamento. Nesse mesmo ano a educação deixa de ser um privilégio do Estado, podendo escolas particulares operarem no território brasileiro. Em 1826, o parlamento é reaberto e o debate para solucionar o problema da educação pública volta à tona, e então em 1827 é aprovada uma lei que cria as "escolas de primeiras letras". Essas escolas eram responsáveis por ensinar:

> a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos. (SAVIANI, 2002, P. 189)

Essa política configura mais uma iniciativa na área educacional que não obteve êxito, pois não houve a criação das tais escolas elementares em todas cidades, vilarejos e zonas populosas, o que se tivesse acontecido seria o começo do sistema nacional de educação pública. Em vez disso, em 1834 por meio de um Ato Adicional à Constituição do Império, o governo central se retirou da obrigação de cuidar das escolas primárias e secundárias, passando a responsabilidade para os governos das cidades. Posteriormente a questão da formulação de um sistema público de ensino voltou à tona nos debates, principalmente nas duas últimas décadas do Império, mas não teve um projeto que obtivesse sucesso de colocar em prática essa demanda.

Com o início da República em 1889 a educação teve uma pequena evolução, pois, ocorreu a separação entre a Igreja e Estado e a abolição do ensino religioso nas escolas, porém pautas centrais no debate sobre educação pública continuaram sem soluções, como por exemplo, a universalização da escola pública e a construção de um sistema de ensino público. Um dos argumentos apresentados para não se alterar isso, foi que se no Império que era um regime político centralizado a educação já era descentralizada, não teria sentido na República, que era uma forma de governo descentralizada, que se unificasse a educação para que ela passasse a ser centralizada. Isso poderia ser compreendido como uma característica de um governo autoritário.

Foi apenas em 1930 que a educação passou a ser reconhecida como uma questão de caráter nacional devido ao processo de industrialização que o país passava no momento, pois era necessário qualificar os trabalhadores para que eles pudessem manusear os maquinários presentes nas indústrias. Nesse mesmo ano teve o surgimento do Ministério da Educação e Saúde, que hoje em dia conhecemos como dois ministérios separados, mas que na sua origem foram criados como um só. Durante as décadas de 1930 e 1940 tivemos várias conquistas educacionais, entre elas estão:

> [...] em 1931, as reformas do Ministro Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934 que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo. Mas foi somente em 1946 que viemos a ter uma lei nacional referente ao ensino primário.
>
> A Constituição Federal de 1946, ao definir a educação como direito de todos e o ensino primário como obrigatório para todos e gratuito nas escolas públicas e ao determinar à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, abria a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica. (SAVIANI, p. 194, 2002).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) foi sancionada apenas em 20 de dezembro de 1961 não atendendo as expectativas da época, devido as várias limitações presentes na própria, mas uma das fragilidades legais marcante foi a possibilidade dos pais ou responsáveis pelas crianças de se isentarem da obrigação escolar “caso comprovado o estado de pobreza dos responsáveis em questão” (SAVIANI, 2002, p. 195) o que estava posto de maneira explícita na lei. Ou seja, a educação pública que tem como principal alvo a parcela mais vulnerável economicamente da população, o governo central, liderado pelas camadas dominantes,

não fazia questão de atender essas pessoas mesmo que ela tivesse um caráter obrigatório desde 1946, e mesmo reconhecendo essa realidade, o governo não procurava reverter essa situação, imprimindo assim um caráter ainda elitista que privilegiava quem não era pobre.

Em 1971, durante a ditadura militar, são aprovadas diversas leis que alteram a educação básica e superior (BRASIL, 1971). Uma delas institui a formação profissional durante todo o ensino do segundo grau (atual ensino médio) para todos os alunos, assumindo, na prática, a pedagogia tecnicista como fundamento da educação de segundo grau. Porém a lei apresenta uma diferenciação entre a terminalidade legal ou ideal e terminalidade real. Na lei (ideal) a escolaridade foi composta pela primeiro e segundo graus, onde o primeiro grau compreendia do 1ª a 8ª série, e o segundo grau dizia a respeito a 1ª, 2ª e 3ª série do que denominamos hoje como ensino médio, totalizando assim 11 anos de escolarização. Entretanto na terminalidade real permitia que nas regiões mais carentes, devido à falta de condições materiais e financeiras a pessoa cursasse uma duração menor (supletivo), seja ela, dez, oito, sete ou até mesmo quatro anos, porém ela tinha que ter pelo menos algum preparo profissional para quando saísse da escola já ter condições de ser inserido no mundo do trabalho. Ou seja, a preocupação aqui não era com a formação integral do sujeito, mas sim em criar trabalhadores mecanizados para sustentar o modo de produção capitalista (SAVIANI, 2002)

Em 1988, com a promulgação da nova constituição federal e as pressões dos diversos movimentos sociais foi considerado que a LDB que estava em vigor se encontrava ultrapassada e iniciaram o processo de se pensar em uma nova, que só irá sair em 1996 e que não irá mais focar na formação profissional. Em 2017, durante o governo do presidente Michel Temer é aprovada a Reforma do Ensino Médio e a questão do ensino profissionalizante no ensino médio, antigo ensino secundário, volta à tona reacendendo os debates a respeito do tema.

Nesse tópico foi apresentado um breve histórico da educação pública, desde antes do seu surgimento, lá desde o modo de produção comunal até a Reforma do Ensino Médio em 2017. Dessa forma, fica claro que desde sua criação, a escola é um espaço para uma pequena parcela privilegiada, porém isso não é motivo para a classe trabalhadora não frequentá-la e se apropriar desse espaço, pois do mesmo jeito que na Idade Média e na Idade Antiga a terra perdeu seu posto de ser o exclusivo meio

de produção da existência humana fazendo com que a burguesia ascendesse ao poder e se tornasse a classe dominante, a classe trabalhadora também pode tornar a escola pública sua principal ferramenta de emancipação política, apesar de toda a história que enquanto para a burguesia era ofertado uma educação acadêmica, para os trabalhadores restava um ensino pragmático focado em repassar conhecimentos técnicos de como fazer e não por que fazer.

2.2 Precarização: possibilidade de conceituação e reflexão

Esse subitem tem como objetivo demonstrar que o fenômeno da precarização não é algo exclusivo da área da educação, fazendo um vínculo assim entre as condições trabalhistas desumanas da região industrial do ABCD Paulista durante a ditadura militar com o setor educacional, que por mais que pareça campos distantes uma das outras, elas possuem sim suas semelhanças. Para essa tarefa eu utilizei como principais autores Braga (2012) e Saviani (2020).

Segundo o dicionário da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz (2024, s/p.), define-se o precariado como uma condição social, sendo esta verificada na realidade concreta, assim, é possível afirmar que:

> [...] no interior da classe trabalhadora existe uma espécie de ‘subclasse’, que vive com salários mais baixos, sem direitos trabalhistas, com instabilidade de vínculo e renda, jornadas laborais mais longas e dificuldade de ser representada por sindicatos, entre outros problemas. É para nomear e ajudar a compreender essa realidade que alguns autores têm proposto o conceito de “precariado”. (ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO/FIOCRUZ 2024, s/p.)

Dado esse conceito de precariado, essa pesquisa irá trabalhar com uma aproximação desse termo que é trabalhado por Ruy Braga em seu livro *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (2012).

A região do ABCD Paulista é uma das principais zonas industriais do país e o berço da indústria automobilística no Brasil, nela estão localizadas grandes multinacionais do setor. Durante a Ditadura Militar essa região teve um crescimento significativo no setor industrial e desde então configura um dos maiores mercados consumidores nacionais. Seu nome se dá por conta das iniciais de 4 das 7 cidades que a compõe que é o caso de Santo **A**ndré (A), São **B**ernardo do Campo (B), São **C**aetano do Sul (C), **D**iadema (D), Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. A região está localizada próximo ao porto de Santos e da capital do estado que é São Paulo.

Apesar da grande importância e do desenvolvimento do setor automobilístico dessa região para o país, as condições trabalhistas ali presentes analisadas por Ruy Braga (2012) durante a época da ditadura militar eram bem precárias o que vai gerar grandes movimentos sindicais que tiveram repercussão nacional e isso se tornará uma das principais marcas da região.

As condições precárias dos trabalhadores no setor automobilístico da região do ABCD Paulista se dão, principalmente, em três pilares, sendo eles: alta rotatividade da força de trabalho, enfraquecimento e desmantelamento dos sindicatos populares e a cassação dos direitos civis, onde esses dois últimos fatores são intensificados por se passar em um contexto histórico de ditadura militar.

Segundo Braga (2012) a alta rotatividade da força de trabalho nessa época se dá por vários motivos, sendo o primeiro deles a eliminação do ônus por parte do patrão nas demissões injustificadas, o que segundo ele fez com que "[...] o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) reforçou tanto a degradação das condições de trabalho quanto a política de compressão salarial." (BRAGA, 2012, p. 145). Isso se dá, por conta que para a criação do FGTS foi necessário substituir dois direitos que até então eram garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que eram:

> Art. 477 É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.
> Art. 492 - O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.
> Parágrafo único - Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador. (BRASIL, 1943)

A justificativa do governo da época para substituição dos direitos citados acima para a implementação do FGTS era que poucas pessoas atingiam os 10 anos de trabalho na mesma empresa privada e que isso era inclusive motivo de demissão, e que com o Fundo de Garantia os trabalhadores teriam uma "verdadeira estabilidade". Outro argumento do regime militar daquele tempo era a alegação que os trabalhadores teriam a opção de escolher entre o Fundo de Garantia e a estabilidade, mas na prática isso não se concretizou, pois, as empresas escolhiam os trabalhadores que optavam pelo FGTS. (AGÊNCIA SENADO, 2017).

Outro motivo do grande volume de entrada e saída de funcionários nesse ramo fabril era devido ao funcionamento da política nessas indústrias, que conforme, maior

era a progressão de carreira do funcionário, mais chances ele tinha de ser demitido, e como o patrão não tinha que arcar com o ônus da demissão, essa era uma solução muito utilizada pelos donos das indústrias para enxugar a folha de pagamento, priorizando o lucro e a permanência dos funcionários que custavam menos.

Um segundo elemento que contribuiu para essa alta rotatividade dos metalúrgicos do ABCD Paulista era a alta disponibilidade de força de trabalho não qualificada ao mesmo tempo que os processos de modernização dos maquinários e do controle gerencial vinham evoluindo, ou seja, eles estavam priorizando a modernização dos maquinários e das formas de controle ao invés da experiência profissional da pessoa resultando assim em muitas demissões, pois se tal funcionário não rendia o esperado ele era substituído por alguém de fora, mesmo que esse outro alguém não tivesse experiência na área. Por meio dessa técnica do medo, era instalado uma disciplina de produtividade que o trabalhador deveria produzir cada vez mais para não ser demitido.

Um terceiro ponto para explicar os altos números de contratação e demissão no setor automobilístico era o descontentamento com o turno noturno e as longas jornadas de trabalho caracterizada pelas intermináveis horas extras que de tanto a empresa pressionar, os funcionários eram obrigados a aceitar. Ao mesmo tempo que isso gerava resultados negativos para a saúde física do funcionário que tinha que exercer funções que necessitavam de muita força física e estar em constante estado de atenção, quando ocorria uma pequena falha por menor que ela fosse, isso resultava em acidentes de trabalho que se tornou bem comum nessa área, assim como tinha também os prejuízos para saúde mental do metalúrgico, como por exemplo o esgotamento mental e o constante medo de ser demitido pois com a carga horária de horas extras adicionado na sua jornada de trabalho aumentava o ritmo de trabalho e diminuía o tempo de descanso, fazendo com que o funcionário tivesse menos tempo para se recuperar de um dia para o outro.

Ao mesmo tempo que a classe trabalhadora era prejudicada dessas diferentes formas pela jornada exaustiva de trabalho com incessantes horas extras e o período noturno, a empresa se beneficiava conforme demonstra Braga (2012) através de uma pesquisa de Humphrey onde a produção da empresa visitada pelo pesquisador simplesmente dobrou entre 1970 e 1978 sem qualquer modernização da base técnica apenas as custas da saúde física e mental dos trabalhadores. E conforme os problemas de saúde e com segurança do trabalho iam aumentando eles iam “solucionando” isso com aumento de salário e substituição dos velhos funcionários pelo novos que

eram motivados pelos altos salários que viam na empresa automobilística a oportunidade de um emprego que remunerava bem.

Para retratar como era as condições de trabalho nas indústrias automobilísticas, Braga utiliza um depoimento de um ex-funcionário da Ford, que era uma das empresas referências do setor na época.

> [...] Tudo dentro da fábrica está organizado para tirar o máximo do operário às custas de um desgaste físico insuportável, poluição, barulho, e ritmo incansável de trabalho que deixa a pessoa humana despossuída de todas as reservas físicas, mentais e morais. [...] Quando as doenças industriais incuráveis; quando vai ficando só o bagaço, então vem a substituição por um operário novo que entregara suas melhores energias que ficarão cristalizadas nos carros bonitos, produtos de seu suor, que percorrem e engarrafam as ruas da cidade num ritmo louco de produção e consumismo muitas vezes inútil. (BRITO, 1989, p. 29-30 *apud* BRAGA, 2012, p. 152)

Por meio do relato desse funcionário, percebe-se que os empregados das fábricas automobilísticas eram considerados descartáveis, pois, apesar dos altos salários se comparados a outros setores civis, eles não contavam com segurança no trabalho, se assemelhando com a época da escravidão onde se você não conseguia acompanhar o ritmo proposto você era penalizado, a diferença é que na época retratada por Braga o trabalhador era punido com demissão e não com castigo físico.

Outra característica bem marcante do período da ditadura militar no ABCD Paulista foi o enfraquecimento e desmantelamento dos sindicatos populistas, onde os líderes eram perseguidos, presos, torturados e muitas vezes mortos. Em relação a isso Braga (2012, p. 145) escreve o seguinte:

> O golpe militar também debilitou a resistência operária ao processo de reprodução das desigualdades de renda, fortalecendo o controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. No tocante as relações trabalhistas, o objetivo principal do golpe militar foi acabar com a mobilização sindical, subordinando o operariado à superexploração do trabalho. (BRAGA, 2012, p. 145)

Dessa forma o sindicato sendo controlado pelo Estado representa uma grande derrota para a classe trabalhadora, pois assim os metalúrgicos teriam mais dificuldades para se organizar coletivamente, já que agora quem determinava os dirigentes dos sindicatos era o governo, tal medida foi tomada para bloquear que os metalúrgicos pressionassem o governo por melhores condições trabalhistas e pelo cumprimento dos direitos garantidos na CLT.

Nessa nova fase do sindicalismo, ele deixa de ser uma potente arma da classe trabalhadora que tem como sua principal característica as greves de massas e passa

a ter um caráter assistencialista, oferecendo serviços de assistência médica e odontológica além prestação de assistência jurídica, sendo denominado por muitos pesquisadores como sindicalismo burocrata ou sindicalismo pelego.

Por último temos a cassação dos direitos tantos civis como trabalhistas, como é o caso da proibição de realizar greves, a retirada dos ônus das demissões injustificadas, a interferência estatal nas organizações trabalhadoras como por exemplo, os sindicatos e o uso livre da força policial por parte dos donos das empresas ao menor sinal de conflito. Enquanto isso ocorria dentro das fábricas, fora dela ocorria o cerceamento da liberdade de expressão, onde os meios de comunicação, sejam eles rádios, jornais ou programas televisivos não eram livres para divulgar e falar sobre as péssimas condições de trabalho da classe trabalhadora e também havia perseguições contra os opositores políticos ao governo da época.

Assim sendo, percebe-se que as condições trabalhistas não eram nada favoráveis ao trabalhador dentro ou fora da empresa e foi ainda mais intensificada com o controle do governo sobre os sindicatos, além de ter que lidar com questões como instabilidade no serviço, acidentes de trabalho, ritmo de produtividade, longas jornadas de horas extras, cassação de direitos, tudo isso dentro das fábricas sem o apoio e organização dos seus sindicatos, enquanto do lado de fora estava instaurado a ditadura militar que cassava os opositores do governo.

Ao mesmo tempo que as condições de trabalho no setor automobilístico no grande ABCD Paulista se encontravam precarizadas na época da ditadura militar, o cenário na educação pública não está muito diferente daquela época, afetando principalmente os professores da educação básica, contando também com altas taxas de rotatividade da força de trabalho, um cenário enfraquecido dos sindicatos populares e a ausência de alguns direitos para esses profissionais da educação. Apesar de serem campos diferentes de análise e o setor educacional ter suas características próprias, é possível notar aproximações entre os dois campos. Se para Braga (2012) a precarização das condições trabalhistas no setor metalúrgico se dá em três pilares, para Saviani (2020) isso se dá em quatro pilares na educação sendo eles: protelação, improvisação, fragmentação e filantropia.

A protelação diz respeito ao constante adiamento do cumprimento das melhorias no processo educativo, como por exemplo, os atrasos nas reformas e nas novas construções dos prédios escolares que carecem de infraestrutura, espaço e materiais

pedagógicos que vão sendo deixadas em segundo plano. Outra maneira de exemplificar a protelação na educação é apelar para o voluntariado que teve seu ápice durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em uma campanha feita pelo Ministério da Educação (MEC) intitulada “Acorda Brasil. Está na hora da escola” onde nos folhetos de divulgação da campanha, segundo Saviani, (2013, p. 754):

> [...] apela-se aos cidadãos para patrocinar palestras, seminários e cursos de atualização nas escolas; para doar livros e assinaturas de jornais e revistas, materiais e recursos didáticos; prestar auxílio administrativo à escola; ministrar aulas de reforço para crianças com dificuldade de aprendizagem. Tudo se passa como se a educação tivesse deixado de ser assunto de responsabilidade pública a cargo do Estado [...] (SAVIANI, 2013, p. 754)

Ao invés da realização de concursos públicos para suprir a falta de educadores no quadro de funcionários, o Estado conta com o apoio voluntário da população transferindo a responsabilidade pela educação que até então era dele para a sociedade civil.

A improvisação tem a ver com a questão que para cada pauta importante que aparece é aprovado uma lei, uma emenda ou um decreto sem a devida análise se aquilo que foi aprovado realmente vai ser eficaz para solucionar o problema, e nisso vai se aprovando lei por cima de lei até que a questão esteja resolvida, assim como faria um governo amador. Um bom exemplo disso é a adaptação de espaços inapropriados dentro da escola para servirem de sala de aula, como é o caso das bibliotecas, salas de professores, sala da coordenação, onde na falta de estrutura física esses lugares se tornam salas de aulas para atender a demanda de alunos que aquela escola possui. Outro caso de improvisação na educação é a contrarreforma do ensino médio aprovado pelo governo do presidente Michel Temer por meio da medida provisória 746 que foi convertida na Lei 13.415/2017 que “[...] passa a estabelecer que haverá aumento gradual das atuais 800 horas anuais para 1000, num prazo de cinco anos, com meta de chegar a 1400 horas anuais, [...]” (ANDES, 2017, p. 12). O que configura um retrocesso na educação, pois muitas dessas escolas não dispõem adequadamente de estruturas físicas nem para o seu funcionamento parcial, quem dera para funcionar de maneira integral como prevê a lei.

A fragmentação se dá de diferentes formas no ambiente interno da escola, seja por meio das relações de poder nos diferentes cargos, como é o caso da diretora que exerce a autoridade máxima, onde todos devem respeitá-la. Ou por meio da coordenadora e supervisora que apesar de não estarem no topo da cadeia de comando

exerce alguma influência sobre os professores, que por sua vez, irão exercer certo grau de poder sobre os profissionais da equipe de limpeza e da cantina. Outra maneira que essa educação está fragmentada é como as disciplinas estão organizadas como se cada uma estivesse em uma caixinha e os professores das disciplinas não se conversam para articular os assuntos de suas respectivas áreas de conhecimento. Outro jeito de se fragmentar o ensino escolar é o professor desconsiderar todo o conhecimento que precede a existência do aluno dando importância apenas para o conhecimento que irá ensinar, como se fosse dois tipos de conhecimentos que não podem ser vinculados ou relacionados, como por exemplo, se um garoto joga capoeira fora da escola e o professor mesmo sabendo disso desconsiderar esse fato ao mesmo tempo em que ele está dando uma aula de dança.

A filantropia está relacionada a uma visão errônea do Estado que vê a educação como um privilégio e não como um direito constitucional, como por exemplo a falta de escolas para toda a população brasileira, voltando assim a época de 1930 que até então a educação não era vista como uma questão nacional, sendo delegada até então aos municípios. Isso fica ainda mais nítido quando o recorte é o ensino superior, onde apenas uma pequena parcela da população tem acesso ao ensino superior, ainda mais se for o ensino superior público. O caráter filantrópico da educação se dá no sentido que do mesmo jeito que nos jantares beneficentes os burgueses fazem doações de montantes e montantes de dinheiro para “ajudar” uma causa humanitária, como por exemplo, a questão da fome em algum país não desenvolvido, mas nunca realmente combate a fome naquele país, o mesmo acontece com a educação na visão de Saviani onde o governo vai, demonstra um pouco de serviço por meio da construção ou reforma de uma quantidade insuficiente de escolas/creches e finge que o problema da educação está solucionado sem de fato combater o problema na raiz.

E isso se materializa quando observamos os dados da pesquisa feita pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP) em parceria com o movimento Todos Pela Educação em 2023, que mostra que 51,6% dos professores das redes estaduais de ensino trabalham nas escolas por meio de contratos temporários, o que representa um total de 356 mil pessoas (MEC/Inep, 2023). Isso resulta em menores salários, mais instabilidade e menos direitos trabalhistas se comparados aos professores concursados, características também presentes na indústria metalúrgica no período militar. Nesse cenário a protelação se dá através do constante adiamento da realização de concursos públicos em âmbito nacional, regional ou local. Já a improvisação se dá

pela tentativa do governo de tentar solucionar a escassez de professores por meio de contratos temporários até chegar a uma situação extremamente crítica e aí sim são realizados concursos públicos, concursos estes que não terão vagas em número suficiente pra solucionar o problema, sempre deixando uma parcela dos professores de fora, na modalidade do contrato ou até mesmo desempregado, a qual Nelson Nei Granato Neto (2013) apresenta como exército industrial de reserva, que também aparece em Braga (2012).

Essa diferenciação dentro da classe docente entre concursados e contratados caracteriza o que Saviani (2020) chama de fragmentação, e também é abordada por Braga (2012) dentro das indústrias metalúrgicas. Essa fragmentação pode ser vista de diferentes formas como por exemplo a relação de poder entre as duas modalidades de regime de trabalho onde o concursado por contar com a estabilidade do concurso não se engaja nas lutas políticas e sindicais dos temporários e que vai ser um dos motivos responsáveis pela desunião dos trabalhadores da área da educação, pois ainda existem muitos sindicatos que em sua história trazem consigo a herança dos sindicatos “pelegos”, como por exemplo, o pré-requisito em alguns deles de que para fazer parte do corpo sindical tem que ser funcionário efetivo. Isso resulta num corpo docente que não consegue volume para reivindicar ou as vezes nem chega a tentar lutar por melhores direitos e por uma educação melhor e de qualidade.

O caráter filantrópico se justifica nesse contexto devido a carreira docente como cargo concursado ser um privilégio que apenas uma pequena parcela dos professores da rede pública de ensino tem acesso, já que não há concursos suficientes para todos os profissionais da educação.

Nesse tópico foi apresentado o conceito de precariado e por meio de uma aproximação desse termo foi desenvolvido o texto que discorre sobre as semelhanças do setor industrial da região do ABCD Paulista na época da ditadura militar com o setor da educação pública. Destacamos aqui mais uma vez os principais pilares das condições trabalhistas precárias daquela época, sendo elas: a alta rotatividade da força de trabalho; enfraquecimento e desmantelamento dos sindicatos populares e por último a cassação dos direitos civis. Esses elementos foram relacionados com os fatores que Saviani (2020) atribui a precarização da escola pública que já discutimos nesse trabalho.

3 PRECARIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Nesse capítulo iremos abordar como que ocorre o processo de precarização nas escolas públicas em um contexto material e darei continuidade mostrando quais foram os critérios que utilizei para escrever a respeito do assunto. Ele está dividido em dois subtópicos, onde no primeiro trarei alguns dados coletados pelo Censo Escolar de 2024 no qual irei uma análise desses mesmos e na segunda parte, apresentarei o resultado das análises feitas. Para isso trabalhei com os seguintes autores: Perucchi (1999) e Potyara (2006), além de que utilizei outros autores para complementar a pesquisa como por exemplo, Belloto *et al* (2011), Nagel (2014) e Souza *et al* (2008), além do site QEdu que junta os dados dos vários anos do Censo Escolar e organiza de uma maneira simples para apresentação.

A precarização na escola pública se dá por meio de três elementos principais, sendo eles os recursos humanos (diz respeito aos funcionários que trabalham na escola, desde a diretora que é a autoridade máxima na escola, até a equipe de limpeza, passando pela secretaria, coordenação, professores, merendeiras, porteiros, nutricionistas, entre outras profissões), recursos financeiros (relacionado ao dinheiro que a escola tem disponível para comprar, reformar, ou dá manutenção em algum setor da escola, como, por exemplo, arrumar a infiltração no teto de uma das salas de aula) e recursos estruturais (como, por exemplo, salas de aula, bibliotecas, quadra de esportes, laboratórios, etc.).

Para que o trabalho não se estenda demasiadamente, farei uma breve explicação sobre cada um dos elementos. Para a realização dessa atividade, será utilizado os dados disponíveis no site QEdu onde eles organizam e dispõe em um único lugar as informações referentes aos Censos Escolares dos anos anteriores, no caso desse trabalho usaremos os dados referente ao ano de 2024, pois até a data de realização dessa pesquisa são os dados mais recentes que estão disponíveis.

3.1 Análise da infraestrutura das redes públicas e privadas de educação no estado do Tocantins e no Brasil

O objetivo desse subitem é apresentar dados que comprovem a precarização da escola pública no estado do Tocantins e em todo Brasil em relação as redes de escolas privadas nesses mesmos locais. Para isso foi utilizado os dados coletados

pelo Censo Escolar de 2024. Também foi utilizado o site QEdu que juntou todas essas informações em um único site e as organizou de forma simples e fácil de visualizar e consultar.

A análise se dará inicialmente por aspectos considerados básicos, e aqui quando falo básico estou me referindo a "[…] algo *fundamental, principal, primordial,* que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta" (POTYARA, 2006, p. 26) não apenas para a educação, mas também para a existência digna do ser humano como é o caso de acesso à água filtrada e a rede de esgoto. Quando falamos de educação do ponto de vista da Pedagogia histórica-crítica ela não está isolada de todos os outros aspectos que compõem a vida social.

Segundo o site QEdu que utiliza como fonte o Censo escolar do INEP de 2024, a água filtrada é realidade em 76% (1053) das escolas públicas no estado do Tocantins e em 95% (98953) das escolas no Brasil, dessa forma não totalizando os 100%, seja no âmbito estadual ou nacional, o que em comparação as escolas privadas esse índice é baixo, se visto que 94% (181) das escolas privadas do estado tocantinense contam com agua filtrada e 95% (40333) das escolas privadas no Brasil possuem água filtrada, o que reforça ainda mais o caráter filantrópico da educação pública brasileira que apesar dela ser garantido por lei ela não é para todos.

Outro dado que chama atenção é que a rede de esgoto está presente em 18% (256) das escolas públicas no estado do Tocantins, enquanto na rede privada do mesmo estado ela está presente em 60% (116) das escolas. Já no contexto de Brasil, a rede de esgoto está presente em 48% (65889) das escolas públicas e a rede privada de escolas conta com esgoto em 89% (37973) delas, o que demonstra uma grande diferença.

As escolas públicas do estado tocantinense que não dispõem da rede de esgoto utilizam-se do sistema de fossa em 80% (1117) delas, já no cenário nacional esse índice é de 50% (68526). Já nas escolas privadas do estado esse número cai consideravelmente para 42% (81) e para 12% (5055) nas escolas privadas brasileiras, visto que uma vez que se tem acesso à rede de esgoto não há necessidade de se ter também uma fossa, apesar de existir escolas que contam com os dois sistemas. E além de tudo isso ainda existe a porcentagem de escolas públicas que não dispõem nem de rede de esgoto e nem de fossa o que totaliza 3% (45) no estado do Tocantins e 4% (5615) no Brasil todo, enquanto isso apenas 1% (1) das escolas privadas do Tocantins

não dispõem nem de rede de esgoto e nem de fossa e no contexto de Brasil essa porcentagem cai para menos de 1% (141).

Escola pública e privada – Percentual de água filtrada**, rede de esgoto e fossa - 2024**

	Escola pública				Escola privada		
	Água filtrada	Rede de esgoto	Fossa		Água filtrada	Rede de esgoto	Fossa
Tocantins	76%	18%	80%		94%	60%	42%
Brasil	95%	48%	50%		95%	89%	12%

Fonte: Dados do Censo Escolar (INEP, 2024), Organização Site QEdu (s/a).

Nesses dois primeiros elementos analisados (água filtrada e rede de esgoto) percebe-se que apesar de serem elementos básicos para o ser humano e para o funcionamento de uma escola, ainda existe uma parcela das escolas públicas que não dispõe disso, em contrapartida o índice das escolas privadas que tem ao seu alcance esses recursos são bem altos quase totalizando os 100%, remetendo a ideia de que para escola pública basta apenas uma cesta básica de serviços enquanto o restante pode ser providenciado depois.

A segunda parte da análise será composta de elementos também considerado básicos para o funcionamento de uma escola mas que possuem altos índices positivos no site do QEdu como é o caso por exemplo da energia elétrica nas escolas públicas aparecendo que ela está presente em 98% (1367) das escolas públicas do estado tocantinense e 96% (131821) no Brasil, o que apesar de ser uma taxa alta ainda assim não chega nos 100% e por mais que a porcentagem das escolas que não sejam atendidas com energia elétrica seja baixa estamos falando de algo básico e que é atendido em sua totalidade (100%).

O índice de escolas privadas do estado do Tocantins que não dispõe de energia elétrica é 0% (0), No Brasil esse número aumenta, mas ainda assim fica abaixo dos 1% (28).

As consequências da falta de energia elétrica se agrava ainda mais quando se leva em consideração o aquecimento global no cenário do Brasil que é um país com altas temperaturas e conforme os anos vão passando o planeta vai ficando cada vez

mais quente, e que inclusive em 2024, foi o ano mais quente do país desde 1961 (BRASIL, 2024) e isso impacta diretamente no aprendizado dos alunos, pois eles ficam mais dispersos e indispostos durante as aulas, chegando até a situação extrema que a escola por vezes precisa liberar os alunos, pois se não eles vão passar mal com o calor e falta de equipamentos que possam diminuir esse dano. Isso sem levar em conta as escolas que apesar de ter acesso à energia elétrica, a rede elétrica da escola não suporta equipamentos de refrigeração mais potentes, como é o caso dos ar-condicionado, ventilador, freezer, geladeira, bebedouro e outros.

Outro fator que chamou a atenção durante a análise dos dados, foram as informações referentes a alimentação das escolas públicas que segundo o site usado, mostra que em 100% (1387) das escolas públicas tocantinenses fornecem alimentação aos alunos enquanto no cenário nacional esse índice aparece na casa dos 99% (135.962), mostrando que ainda há 882 escolas que não oferecem comida aos alunos. Apesar dos dados mencionados, não são raros os episódios onde faltam alimentação nas escolas públicas por vários dias, e que mesmo assim a escola continua funcionando normalmente.

Escola pública e privada – Percentual de energia elétrica e alimentação – 2024

	Escola pública			**Escola privada**	
	Energia elétrica	Alimentação		Energia elétrica	Alimentação
Tocantins	98%	100%		100%	32%
Brasil	96%	99%		100%	34%

Fonte: Dados do Censo Escolar (INEP, 2024), Organização Site QEdu (s/a).

A terceira parte da análise será feita baseada nos dados referentes a infraestrutura predial.

Conforme os dados do site QEdu, 40% (552) das escolas públicas tocantinenses possuem biblioteca ao mesmo tempo que no país esse índice cai para 32% (43693) porém nas escolas privadas essa porcentagem é de 52% (100), no Tocantins, e no Brasil fica em 53% (22493).

Já em relação as cozinhas elas estão presentes em 99% (1.380) das escolas públicas do estado do Tocantins o que condiz com a informação anterior que 100% das escolas públicas do estado fornece alimentação, já nas escolas públicas de âmbito nacional essa porcentagem é de 97% (132.358). E aqui vai um dado interessante, apesar de apenas 32% (61) das escolas privadas do Tocantins fornecerem alimentação 86% (165) delas possuem cozinha.

Já em relação aos laboratórios de informática e de ciências, percebemos que essa é ainda uma realidade bem distante das escolas tanto públicas como privadas, mas nas públicas essa realidade é ainda mais acentuada onde 20% (282) e 13% (187) das escolas tocantinenses contam respectivamente com esses laboratórios, enquanto na rede privada essa porcentagem aumenta mesmo que não seja muito formando 28% (54) e 18% (35) respectivamente.

Em relação as salas de leituras, esse consta como o segundo menor dado da tabela totalizando 15% (211) nas escolas públicas tocantinenses, ficando atrás apenas da informação sobre a porcentagem dos laboratórios de informáticas nas escolas públicas. Essa porcentagem tem um aumento de 10% se comparado ao cenário nacional, totalizando 25% de escolas públicas que possuem salas de leitura. Nas redes privadas de unidades escolares, os valores são maiores tanto nas escolas do Tocantins somando 32% (62) como nas escolas de todo o país obtendo 38% (16229).

Outro fator muito importante na infraestrutura de uma escola é a presença de quadras de esportes, que assim como as bibliotecas estão presentes apenas em 39% (541) na rede estadual e em 37% (50594) nas escolas públicas de todo o país. Esse índice aparece um pouco maior nas redes privadas de todo o estado e do Brasil, porém não é uma diferenciação muito alarmante, simbolizando 45% (87) no Tocantins e 44% (18775) no país.

Por fim temos as salas de diretoria e sala de professores que possuem índices elevados se comparados as demais modalidades, totalizando 70% (974) e 79% (1096) respectivamente no cenário público estadual. Ao redor do Brasil esses valores são menores, totalizando 70% (96307) para as salas de direção e 64% (86.977) para as salas de professores. Enquanto nas redes privadas esses valores são bem mais altos, chegando na casa dos 91% (175) para direção e 83% (159) para sala dos professores nas escolas do Tocantins, enquanto no ambiente federal os valores ficam na casa dos 87% (36763) e 72% (30609) respectivamente.

E não poderíamos esquecer de falar das salas de recursos multifuncionais que são utilizadas pelos professores como recurso para auxiliar no ensino dos alunos com alguma Necessidade Educativa Especial (NEEs), como por exemplo, os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), os alunos com algum tipo de deficiência e os alunos com altas habilidades ou superdotação. No estado do Tocantins 37% (509) das escolas públicas contam com essas salas mesmo que elas não possuam um material adequado, e no Brasil todo esse valor cai para 29% (40281). Já quando analisamos as redes privadas tanto estaduais como nacionais os valores são ainda piores se comparadas às da rede públicas, totalizando 18% (35) nas escolas privadas do Tocantins e 11% (4770) nas escolas em todo país.

Escola pública – Estrutura predial – 2024

Escola pública									
	Biblioteca	Cozinha	Labo informática	Labo ciências	Sala de Leitura	Quadra de esportes	Diretoria	Sala dos professores	Sala de recursos multiprofissionais
Tocantins	40%	99%	20%	13%	15%	39%	70%	79%	37%
Brasil	32%	97%	29%	11%	25%	37%	70%	64%	29%

Fonte: Dados do Censo Escolar (INEP, 2024), Organização Site QEdu (s/a).

Escola privada – Estrutura predial – 2024

Escola privada									
	Biblioteca	Cozinha	Labo informática	Labo ciências	Sala de Leitura	Quadra de esportes	Diretoria	Sala dos professores	Sala de recursos multiprofissionais
Tocantins	52%	86%	28%	18%	32%	45%	91%	83%	18%
Brasil	53%	79%	31%	21%	38%	44%	87%	72%	11%

Fonte: Dados do Censo Escolar (INEP, 2024), Organização Site QEdu (s/a).

Ao observar as tabelas acima, nota-se que os únicos setores em que as escolas públicas apresentam indicadores superiores aos da rede privada referem-se às cozinhas e às salas de recursos multifuncionais. Isso é por conta de duas leis, sendo a primeira, a Lei nº 11.947/2009 que estabelece a obrigatoriedade de o Estado fornecer

alimentação adequada aos estudantes da rede pública por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2009) e a segunda, é a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão - LBI) que garante o acesso a atendimento especializado, exigindo que todas as escolas, públicas e privadas, ofereçam um atendimento especializado e infraestrutura adaptada a estudantes com deficiências (BRASIL, 2015), porém de acordo com os dados disponíveis isso ainda é uma realidade muito distante do dia a dia das escolas.

No próximo subitem vamos analisar o conjunto dos dados apresentados.

3.2 Resultados da análise dos dados

Esse subtópico tem como objetivo demonstrar como foi feita a análise dos dados apresentados no subitem anterior e como cheguei ao resultado que a escola pública se encontra precarizada.

Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa cuja conclusão foi que as condições que levava ao fenômeno da precarização da escola pública brasileira era a falta de água tratada e filtrada; a ausência de energia elétrica e a inexistência da rede de esgoto nas escolas. Isso se justificava até o momento, pois se considerava que o acesso a esses três elementos era a condição básica para o desenvolvimento de um ensino de qualidade e, portanto, a escola que não dispunha desses três itens era classificada como precarizada.

A água filtrada e encanada assume o primeiro lugar da lista pela sua grande importância no processo de ensino aprendizagem pois ela além de servir para diminuir o impacto do calor excessivo fazendo as crianças se dispersarem menos durante as aulas e impedindo que elas passem mal, a água ainda é a responsável pela hidratação e regulação da temperatura corporal e caso falte nesses dias de calor mais forte, sua ausência pode causar desidratação, desmaios e outros problemas de saúde que vai afetar o desempenho escolar do aluno.

A água potável desempenha também um papel muito importante no processo de higiene pessoal dos alunos onde eles vão utilizar dela para lavar as mãos e o rosto antes de irem lanchar ou almoçar. E não para por aí, a água limpa também é importantíssima na alimentação dos alunos, seja na irrigação das hortas, caso elas existam nas escolas, seja na lavagem dos alimentos ou até mesmo no preparo dos mesmos pois várias receitas necessitam de água na hora do preparo do alimento.

Já a energia elétrica, outro elemento bem importante e que está presente na maioria das escolas públicas em cenário nacional (96%), porém não em todas de maneira absoluta, tem um papel importante na aprendizagem dos alunos, pois em países quentes como o Brasil a questão da refrigeração nas salas de aula impacta diretamente na atenção dos alunos, principalmente se for em estados com temperaturas ainda mais elevadas como é o caso do Tocantins, pois em dias mais quentes os alunos prestam menos atenção nas aulas por conta do calor e em muitas vezes as turmas precisam ser dispensados mais cedo para que elas não passem mal por contato do calor em excesso, e não tem como instalar aparelhos de refrigeração, seja eles ventiladores ou ar condicionados caso não tenha energia elétrica na unidade de ensino.

Além da questão da refrigeração nas salas de aula, a ausência de energia elétrica impacta também outros setores da escola, como por exemplo, a cozinha onde fica armazenado os alimentos. O setor dos equipamentos pedagógicos também é afetado, porque caso o professor queira trabalhar com uma tecnologia diferente em muitos casos ele não vai poder, por conta da falta de disponibilidade da rede elétrica, como é por exemplo o caso de aulas com projeção de imagens utilizando o datashow, mas como requer uma fonte de alimentação que utiliza energia elétrica não seria possível o uso desse maquinário. O mesmo vale para outros equipamentos que precisam de energia elétrica para funcionar, como por exemplo, caixas de som e microfone; televisões e aparelhos de DVD; louças digitais e impressoras.

Já o sistema de esgoto nas escolas públicas é importante para que se possa fazer o descarte correto dos dejetos humanos (fezes e urina) e dessa forma evitar proliferação de doenças parasitárias. Souza et al (2008), Belloto et al (2011) e Nagel (2014) apontam em suas respectivas pesquisas a relação entre as doenças infecciosas ou parasitoses causadas por parasitas, e a ausência de saneamento básico (esgoto sanitário), água potável, coleta de lixo e acesso a serviços de saúde e educação. Entre as principais doenças causadas por esses seres estão a desnutrição, a anemia, a obstrução intestinal e a diarreia que apesar de não serem em grande parte doenças fatais elas podem causar prejuízos no desenvolvimento mental e físico da criança (Belloto *et al*, 2011).

A importância das redes de esgotos nas escolas públicas se deve ao fato de que “As crianças entre três e 12 anos são as mais atingidas por enteroparasitoses” (SANTOS; MERLINI, 2010 *apud* NAGEL, 2014, p. 14). Além disso, a população com

baixa condição socioeconômica, que é o principal perfil dos alunos das escolas públicas, é a mais afetada por esse tipo de doenças pois em muitos casos elas não tem condições adequadas de saneamento e realizam o descarte dos dejetos humanos de maneira incorreta. Para comprovar esse ponto, foi feito uma pesquisa por Souza *et al* [1](2008) onde demonstrou haver relação entre as taxas positivas entre os usuários infectados que participaram dos testes propostos pela pesquisa feita e a falta de condições sanitárias, tanto que 40% dos alunos infectados não possuíam acesso à água tratada, coleta de lixo regular, vaso sanitário ou fossa séptica em casa ou rede de esgoto (SOUZA et al 2008). E ainda sim com pesquisas realizadas na área demonstrando essa relação entre as doenças e a falta de esgoto, apenas 48% das escolas públicas em nível nacional contam com rede de esgoto.

Porém em um segundo momento de análise, foi observado a necessidade de superação da mesma, visto que o resultado dela estava equivocado no que diz respeito as condições que levam a precarização da escola pública brasileira não serem razões tão simples assim, pois, mesmo que a escola disponha das condições citadas anteriormente, ela ainda sim pode ser caracterizada como precarizada. Isso se dá devido as relações pedagógicas que se dão dentro da escola serem muito mais complexas e terem um caráter mais coletivo do que apenas a existência ou não dos elementos citados anteriormente.

Portanto nessa segunda parte da análise se chegou à conclusão de que a precarização da escola pública se dá pela falta de interação entre três tipos de recursos que são eles: humano, financeiro e estrutural (material). Quando a escola superar suas dificuldades e tiver esses três elementos interagindo em sincronia, aí sim ela terá condições de proporcionar o básico para uma educação de qualidade para a classe trabalhadora. Enquanto isso não acontece, a educação pública vai continuar operando dentro das quatro características que Saviani chama de protelação, improvisação, fragmentação e filantropia.

Nos próximos parágrafos abordarei mais detalhadamente sobre cada recurso e como a falta deles impacta diretamente sobre o ensino, utilizando como exemplo três setores da escola pública que serão a biblioteca, a sala dos professores e o laboratório de ciência.

---

[1] Pesquisa feita com 45 alunos de escolas públicas situadas na periferia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) onde foi coletado material subungueal e aplicados questionários sobre as condições de saneamento básico nas residências dos alunos selecionados.

Assim como a escola não deve ser visto como um mero depósito de crianças e jovens, a biblioteca não pode ser reduzida a um local de armazenamento de livros alheio ao processo ensino-aprendizagem. Para Perucchi (1999) o valor da biblioteca está na sua indissociabilidade com o ensino, onde se a escola é o vínculo inicial do estudante com a educação formal, a biblioteca visa fortalecer esse vínculo. Ela também faz uma comparação onde a biblioteca se assemelha a escola, o bibliotecário ao professor e os livros às ferramentas que os trabalhadores (alunos) utilizam no seu serviço, ou seja, o conhecimento contido nos livros é a arma mais poderosa que os trabalhadores podem usar para combater as mazelas do capitalismo, mas para isso a classe trabalhadora tem que ter acesso e se apropriar desse conhecimento para que assim possa combater as desigualdades presente na nossa sociedade.

Para Perucchi (1999) não existe educação de qualidade sem a presença de uma biblioteca estruturada e funcionando. Contudo, para que essa biblioteca funcione de fato ela precisa estar ancorada em três pilares principais sendo eles, **profissionais qualificados**, que no caso da biblioteca serão os bibliotecários que irão organizar, armazenar, catalogar os materiais ali presentes nela que não serão apenas livros, mas também contara com outros materiais pedagógicos como por exemplo mapas, modelos anatómicos do corpo humano, jogos de tabuleiro, material dourado entre outros materiais, além do atendimento ao público escolar onde irá recomendar os melhores livros para cada tipo de leitor, irá dizer se tal livro procurado pelo leitor está ou não presente no acervo daquela biblioteca e se tiver irá auxiliar o leitor a achar o livro solicitado e tantas outras atividades referentes ao público; **uma estrutura física adequada** também é essencial para o funcionamento da biblioteca, pois o prédio ou o local onde irá ficar não pode ser excessivamente úmido para que não afete a durabilidade dos livros, já que a maioria deles são de papel, tem que ser silencioso para que os leitores possam fazer suas leituras e também tem que ser integrado com o restante da escola para que o público escolar, formado principalmente, pelos alunos possam frequenta-la; e por último a escola onde estiver situado essa biblioteca tem que ter condições financeiras para que faça manutenção e expansão da biblioteca e de seus materiais, além da aquisição de novos livros e materiais para o acervo bibliotecário e sem se esquecer do pagamentos dos funcionários que na biblioteca trabalham. Esses são os três pilares fundamentais para que uma biblioteca escolar estruturada funcione de maneira corretamente.

A biblioteca pode desempenhar um papel utilitarista dependendo do modo que ela for utilizada em relação as tarefas de classe, mas quando se fala em desenvolvimento intelectual ela ultrapassa esse caráter pragmático e assume um papel protagonista no crescimento cognitivo do estudante (PERUCCHI, 1999) porque além de ajudar a significar os conteúdos trabalhados em sala de aula, como por exemplo, nas primeiras séries do ensino fundamental, principalmente na primeira e segunda série, onde o foco maior é a alfabetização, elas ainda desempenham papel essencial no desenvolvimento a leitura e a escrita, pois tendo acesso a diversos livros diferentes isso incentivará os alunos a aprender para que assim possam poder ler os livros e não apenas ficar folheando atrás das imagens. Além disso, ela ainda tem o papel de auxiliar em uma visão de mundo crítico através dos livros, ajudando a desenvolver o pensamento do leitor que por muitas vezes não seria possível de outro modo se não houvesse a biblioteca ali.

Perucchi (1999) traz um dado de Antunes (1993), onde o autor citado por ela diz que se a existência das bibliotecas fosse condição essencial para o funcionamento das escolas 99% das escolas brasileiras teriam que fechar. Trazendo para o cenário atual de 2025 percebemos que pouca coisa mudou visto que segundo os dados escolares do Censo escolar de 2024 disponibilizados pelo site QEdu apenas 32% das escolas públicas em território nacional dispõe de bibliotecas escolares. Esse descaso com as bibliotecas escolares reflete na formação dos sujeitos que farão parte da sociedade.

A 6ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil do Instituto Pró Livro demonstrou que 53% das pessoas entrevistadas que tinha como público-alvo pessoas com 5 anos ou mais anos falaram que não tinha lido nenhum livro (completo ou incompleto) nos últimos 3 meses anteriores a pesquisa que foi realizada entre 30 de abril de 2024 a 31 de julho de 2024 (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2024).

Em contraste a pesquisa apresentada acima, é visível que as pessoas estão lendo cada vez mais e mais, porém quando se analisa o que está sendo lido por grande parte dessas pessoas, geralmente são legendas de fotos em redes sociais, mensagens em aplicativos de comunicação, ou notícias distribuídas em grupos das grandes plataformas de comunicação, como por exemplo, WhatsApp, Facebook ou Telegram, que muitas das vezes se caracterizam como “fake News”, ao mesmo tempo em que uma parcela da população está dando preferência as mensagens de voz ou áudios diminuindo ainda mais o hábito a escrita e criando pavor aos chamados textões

presentes nas redes sociais. Todos esses pontos levantados nesse parágrafo juntamente dos dados apresentados pela na pesquisa Retratos da Leitura (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2024) contribuem para que o trabalhador se torne um sujeito acrítico e submisso, controlado pelo que Fernandes (2020, p. 229) descreveria de “correias de transmissão de uma máquina operada a distância”, daí se dá a importância das bibliotecas escolares nas escolas públicas para que a classe trabalhadora se aproprie do conhecimento sistematizado presente nas bibliotecas e se emancipe culturalmente e politicamente.

Para Ricardo Queiroz Pinheiro, bibliotecário entrevistado pelo site Outras palavras para uma matéria chamada A política do livro e leitura como um direito humano, as bibliotecas:

> [...]são atingidas diretamente pela desconstrução das políticas públicas, uma vez que são a representação fidedigna da necessidade de elos entre os âmbitos federal, estadual e municipal. Uma política de Estado é fundamental para a manutenção e desenvolvimento das bibliotecas públicas. Se não há conexão e sinergia entre as políticas dos entes federativos, as bibliotecas se ressentem, passando do sucateamento para a extinção como se fosse um fluxo natural. (PINHEIRO, 2023, s/p)

Apesar de a citação se referir as bibliotecas públicas, as bibliotecas escolares não estão em uma situação muito diferente, onde muitas vezes passam anos sem atualização dos livros e dos demais materiais que ficam presentes nelas, conta com falta de profissionais qualificados para trabalharem nelas e há até o remanejamento da estrutura onde ficava a biblioteca para atender outras demandas da escola, como por exemplo, a adaptação para uma nova sala de aula.

Para justificar as condições precárias das bibliotecas, ou pior, o fechamento de muitas dessas bibliotecas e a não construção de novas, é comum ouvir autoridades públicas utilizando-se de falas superficiais como por exemplo “as bibliotecas físicas não tem mais espaço na nossa sociedade tecnológica” ou “as bibliotecas digitais vão substituir as bibliotecas físicas de vez”. Porém o que as pessoas que pronunciam essas frases esquecem é que nem todas pessoas têm acesso a essas tecnologias, as vezes não tem nem acesso as condições básicas de sobrevivência, quem dera ter acesso a uma biblioteca virtual. Esse discurso proferido por esses gestores é uma contradição pois pregam o apreço as tecnologias como se elas fossem a salvadora da pátria e fossem resolver todos os problemas, mas, ao mesmo tempo, apenas 31% das escolas públicas em território federal dispõem de laboratórios de informática, isso

porque nem vamos entrar na questão de que vários docentes não tiveram uma formação que os habilite a trabalhar com os equipamentos que deveriam estar nesses laboratórios de informática.

Porém nem tudo são horrores, em 2024 teve a promulgação da Lei nº 14837 que dentre as várias coisas que consta nela, é instituído o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) onde nos Incisos I e III do Art. 2º- A, diz o seguinte:

> I - incentivar a implantação de bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino do País;
> III - definir a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local; (BRASIL, 2024 s/p)

A promulgação dessa lei é vista como um avanço, porém ainda não é o suficiente para resolver o problema da ausência das bibliotecas nas escolas públicas visto que isso esbarra na realidade material onde muitas escolas não tem sequer uma infraestrutura com um acervo mínimo, reproduzindo assim uma exclusão cultural seletiva que visa atingir as famílias em condições socioeconômicas mais desfavorecidas que utilizam a escola pública.

Um segundo ponto importante é a ausência de espaços que irei chamar aqui de locais de socialização, podendo esses locais serem para professores como é o caso da sala de professores, para alunos como é o caso de uma sala para o grêmio estudantil ou até mesmo uma área de socialização mista onde tantos docentes como discentes frequentariam, que é o caso das salas de aula.

A falta da sala dos professores e da sala da direção atrapalha nas atividades de gestão que são importantes para o funcionamento da escola, além de que a falta desses espaços ainda serve para minar o espírito coletivo entre os professores que é ou deveria ser presente durante os planejamentos coletivos. Sem um local para que os planejamentos e outras atividades docentes ocorram, eles vão ser feitos cada vez mais de maneira individual onde cada professor vai fazer seus planos de aula de maneira solitária sem dialogar com o colega docente da escola causando assim um enfraquecimento do movimento docente que vai se assemelhar com o houve durante os movimentos grevistas do setor automobilístico no ABCD Paulista na ditadura militar onde se os trabalhadores não se unirem e organizarem para reivindicar melhores condições de trabalho não ocorrerá melhorias na escola e na carreira docente. Além disso tudo, ainda pode prejudicar a saúde física e mental do professor, pois ele vai ter que

levar trabalho que deveria ser feito na escola para casa, resultando em uma espécie de hora extra não remunerada que vai contribuir para que ele adoeça futuramente, e uma vez que ele esteja adoecido e não for concursado, possui altas chances de ele ser substituído por um professor que esteja desempregado.

Através do exemplo dado no parágrafo anterior, podemos fazer uma ligação com a situação dos trabalhadores metalúrgicos do ABCD Paulista que passaram por situação semelhante de longas jornadas de trabalhos, períodos extensos de horas extras e de adoecimento em massa dos operários. A solução encontrada pelos donos das fábricas para lidar com esses problemas era a demissão dos funcionários que não estavam conseguindo acompanhar o ritmo dos demais. Porém essa solução encontrada pela gestão das fábricas prejudicava a classe trabalhadora enquanto favorecia a gestão da fábrica.

Para que os trabalhadores parem de sofrer desse mal, é necessário criar espaços intraescolares e extraescolares para se organizarem e reivindicarem melhores condições de trabalho. Os espaços intraescolares seriam locais dentro da escola, dos quais eu denominei anteriormente de locais de socialização onde os profissionais da educação pudessem se organizar e articular melhorias para o seu local de trabalho, que no caso é a escola, um bom exemplo disso quando nos referimos aos docentes é a sala dos professores, porém também é preciso criar espaços de convivência e socialização para os estudantes desenvolverem seus movimentos próprios como é o caso por exemplo do grêmio estudantil, pois não basta apenas fortalecer o movimento dos professores, também é preciso criar e fortalecer o movimento estudantil, pois além deles serem as futuras lideranças sociais, políticas, sindicais e docentes, a construção e a valorização de uma educação de qualidade para a classe trabalhadora também conta com a participação dos alunos.

Já os espaços extraescolares, temos como exemplos, os sindicatos, as associações de pais e mestres e outras formas de organização social.

Todos esses espaços e formas de organização são importantes para que o trabalhador possa se organizar e exigir que seus direitos sejam cumpridos, além de servir para lutar pela obtenção de novos direitos. Dito isso o foco desse trabalho são as formas de organização intraescolares.

É importante que a sala dos professores exista, pois configura um local material para a organização dessa classe, porém para que espaços de socialização como a sala de professores possa existir é preciso pensar antes em três elementos que são

eles, a estrutura física, ou seja, a sala propriamente dita o que não existe em muitas escolas públicas ou até existem mas elas foram remanejadas para serem utilizadas como salas de aulas por conta da quantidade insuficiente das mesmas; também é necessário que a sala tenha um mobiliário mínimo como por exemplo mesas, cadeiras, ventiladores ou ar condicionado, armários para os professores guardarem seus materiais, mas para isso é necessário tenha condições financeiras para que possa fazer a compra desse mobiliário mínimo e realizar a sua manutenção; e por fim é preciso também que os docentes ocupem em massa esse espaço para se organizarem coletivamente e reivindicarem pautas que acharem necessárias, pois se os profissionais da educação estiverem separados, fragmentados em subclasses, como por exemplo, concursados e contratados, vai ser mais difícil reivindicar pautas do seu interesse como é o caso da valorização salarial, valorização social e a questão da superlotação das salas de aula que cada ano tem mais e mais alunos.

Se esse espirito segregador permanecer e a classe docente não se unir, não apenas a educação não vai melhorar, como ela vai começar a regredir, por exemplo, se uma escola hoje conta com seu corpo docente composto por 70% dos professores concursados e 30% contratados, conforme os concursados forem se aposentando ou forem remanejados para outras instituições, a tendência é que as novas vagas a serem preenchidas sejam ocupadas por pessoas contratadas pois é menos custoso para o Estado burguês que trabalha na lógica do menor custo, e se engana os professores efetivos que estão a algum tempo no seu cargo que acham que isso nunca irá os afetar, pois, depois de espremer o máximo possível dos direitos dos contratados, será a vez de partir para a próxima categoria de professores, que no caso são os efetivos, podendo assim o Estado burguês aplicar medidas oficiais, por meio de leis, projetos de leis ou emendas que podem aumentar assim a carga horária dos professores, aumentar ainda mais suas tarefas naquela cargo ou aumentar o tempo de contribuição para se aposentar. Todos esses exemplos dados afetam a classe docente independente se a pessoa for professor por meio de contrato ou através de concursos, se eles não se organizarem localmente nos seus locais de trabalhos e posteriormente em sindicatos e federações, a tendência é que a precarização das condições de trabalho se intensifique cada vez mais em troca de um menor custo para os cofres públicos.

Um terceiro ponto que vale a pena destacar nessa pesquisa é ausência de laboratórios de ciências nas escolas públicas, onde eles estão presentes em apenas 13% das escolas públicas do estado do Tocantins e em 11% das escolas em todo o

Brasil. Esse dado reforça uma das características da educação brasileira, que é o ensino verbalista, ou seja, a explicação do conteúdo por meios orais sem ter a oportunidade de muitas vezes concretizar esse conhecimento na prática com o aluno, como por exemplo, em uma aula de citologia onde são estudado a estrutura, o funcionamento e as funções das células e por mais que o professor leve fotos, desenhos ou representações de como são as células ainda sim o conteúdo pode ficar muito abstrato para o aluno e dessa forma pode ser que ele não aprenda corretamente. Seria justamente nessa hora que entraria o papel do laboratório de ciências onde o professor iria levar os seus alunos lá para poderem ver pessoalmente as células por meio dos microscópios dando sentido assim ao conteúdo abordado dentro da aula e deixando a aula muito mais interessante e despertando o interesse do aluno para o tema que inicialmente ele pode ter achado chato, mas que agora por ter uma metodologia diferente atraia a atenção dele.

Porém é importante destacar que o que é ensinado dentro dos laboratórios não substitui o conhecimento ensinado dentro das salas de aulas, ou seja, o conhecimento prático do laboratório não nega a contribuição das aulas teóricas na sala de aula, mas desempenha uma relação interdependente, onde para um crescer necessita do outro. Nessa linha de pensamento o laboratório desempenharia o papel de uma oficina de práticas pedagógicas onde o professor levaria o aluno lá pra concretizar aquilo que foi ensinado durante a aula, fazendo com que as aulas parassem de assumir uma postura totalmente verbalista e ao mesmo tempo não correria o risco de ser uma educação pragmática focado só no conhecimento prático, pois o conhecimento teórico da sala de aula iria vir antes.

Dessa forma, o laboratório ajuda o educador superar essa visão de educação verbalista presente predominantemente no ambiente educacional e auxiliaria ele a alcançar um outro patamar que seria a da educação politécnica que trabalha com os conceitos de educação intelectual, educação corporal e educação tecnológica (EPSJV/Fiocruz, 2014).

Dito isso o Estado tem um papel muito importante, que é o de oferecer formações continuadas para aprimorar a formação dos professores e assim eles entenderem e dominarem que existem outros espaços de ensino dentro da própria escola respeitando a realidade cada escola, como por exemplo os laboratórios, isso no caso das escolas que contam com essa estrutura, e que eles não precisem ficar necessariamente só dentro das salas de aulas.

Outro fator importante para a realização dessas aulas nos laboratórios, são os laboratórios propriamente dito, ou seja, o prédio ou construção destinada para aquele objetivo, o que mais uma vez percebemos pelos dados do site QEDU que não estão nem em 25% da rede estadual de ensino e que em muitas vezes não é a prioridade da gestão da escola, município ou estado onde está localizado a unidade de ensino.

E um terceiro elemento necessário para que essas aulas aconteçam é a presença dos instrumentos e equipamentos presentes nos laboratórios, pois, não basta que tenha o espaço físico reservado para o laboratório e profissionais qualificados para atuar ali se não tiver os equipamentos presentes, como por exemplo, as bancadas, os microscópios, os beckers (que são recipientes de vidro ou de plástico com base plana usado para armazenar, misturar e esquentar substâncias), as balanças , os óculos de segurança e outros aparelhos e tudo isso só é possível de ser adquirido se a escola tiver condições financeiras de comprar tais materiais.

Como a escola precarizada raramente dispõe desses três tipos de recursos simultaneamente, mesmo tendo o laboratório de ciências ela não vai conseguir utilizar dele ou quando conseguir não vai conseguir extrair todo o potencial que ele possui, sendo muitas vezes o laboratório remanejado para tarefas secundárias já que não dispõe de todos os elementos para fazer com que ele funcione, como por exemplo, servir de armazém para guardar material que não tenha nada a ver com ele.

Por fim, ao longo deste tópico, foi exposto quais fatores que contribuem para a precarização da escola pública, como é o caso da escassez de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura que afetam os vários setores que compõem a escola, e foi escolhido três setores escolares específicos (biblioteca, sala dos professores e laboratório de ciências) para exemplificar melhor os resultados da precarização na educação pública brasileira, fazendo com que ela funcione no que Saviani (2020) vai chamar de improvisação, ou seja, na falta de bibliotecas vai ser trabalhado apenas o livro didático, na falta do laboratório vai ser trabalhado apenas com imagens e desenhos referentes aos conteúdo trabalhados no dia e na falta da sala dos professores vai o planejamento individual mesmo.

4 A RELAÇÃO ENTRE LUTA DE CLASSES E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Esse capítulo objetiva trazer o conceito de luta de classes e evidenciar como a classe dominante atua para influenciar a construção de uma escola pública de qualidade. Com essa finalidade o capítulo é dividido em duas partes, onde na primeira ocorre uma breve contextualização do livro *O Manifesto Comunista* e depois há uma conceituação do termo luta de classes. Já na segunda parte é mostrado como a burguesia atua nos âmbitos da educação pública por meio do movimento Todos Pela Educação. Para a construção desse capítulo utilizei de autores como Marx; Engels (2023), Lamosa (2020) e Catini (2023).

Para conceituar luta de classes, será utilizado a abertura do primeiro capítulo do livro O manifesto comunista que diz o seguinte: “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes” (MARX; ENGELS, 2023, p. 25). Porém é importante destacar aqui que quando eles falam da história das sociedades, eles estão se referindo a história escrita, pois, quando foi realizada a publicação original do livro lá em 1847, se desconhecia a organização social existente na pré-História da humanidade.

Para esses dois autores, a sociedade humana é dividida em classes que dependendo do período histórico variam, mas não deixam de existir, como por exemplo, em uma sociedade escravista existia os escravos e os homens livres, já uma sociedade feudal havia o servo e o senhor e em outras sociedades existia o patrício e o plebeu, ou seja, sempre existiu o opressor e o oprimido que estiveram em lados opostos e travaram disputas (MARX; ENGELS, 2023). Hoje em dia o que mudou é que essas duas classes estão cada vez mais bem definidas e antagônicas formando assim a classe dominante ou burguesia e a classe dominada ou proletária. Enquanto a primeira classe é dona dos meios de produção material e social e lucra por meio da exploração do trabalho da classe trabalhadora, a segunda por não dispor de meios de produção próprios é forçada a vender sua própria força de trabalho para a burguesia para viver. Por mais que atualmente existem subclasses dentro da classe proletária, como é o caso da classe média, classe média alta, o que todas essas pessoas dessa classe têm em comum é que elas além de precisarem vender sua força de trabalho mesmo que seja trabalhadores autônomos elas não são donas dos meios de produção, como por exemplo, fábricas, bancos ou grandíssimas propriedades de terra.

Assim sendo, para explicar esse conceito de maneira muito simplificada, até porque esse é um tema bem complexo e se estende por diversas áreas, a luta de classes é o constante enfrentamento entre essas duas classes que têm interesses opostos e irreconciliáveis. Na área educacional não poderia ser diferente, a luta por uma educação de qualidade que seja pública, gratuita e que respeite os diversos modos de vida de cada pessoa é uma luta reivindicada pela classe trabalhadora há muito tempo, mas que a classe burguesa é contra, pois se todas as pessoas tiverem acesso a isso o proletariado assumiria o poder e desbancaria a burguesia, assim como ela fez com os senhores feudais na Idade Média. Para que isso não aconteça a classe dominante por meio do Estado oferta uma educação pública e gratuita, porém ela faz isso com a finalidade de manutenção da sociedade como ela está, e não para a emancipação do povo e isso se dá por meio de uma educação deficitária e precarizada.

Ao longo dos capítulos anteriores, ficou evidente que a precarização da escola pública não é acidental. Desde a primeira política educacional brasileira, em 1549 com os jesuítas, a educação tem caráter excludente e elitista. Mesmo a partir da década de 1930, com o surgimento do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e a popularização da escola pública para as classes populares, o objetivo não era educar para a emancipação política e social. Essa expansão ocorreu para atender ao processo de industrialização pelo qual o país passava, ou seja, até mesmo quando se popularizou, a educação serviu aos interesses do capitalismo.

A questão da luta de classes na educação fica evidente quando se observa que a escola é local de disputa por essas duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Enquanto para burguesia a escola é local de formação de cidadãos acríticos que venderão sua força de trabalho para sobreviverem perpetuando e reproduzindo as mazelas desse sistema, para os trabalhadores, principalmente para os pesquisadores da Pedagogia Histórica-Crítica, a escola é o local de acesso ao conhecimento sistematizado onde os trabalhadores irão ter acesso a esse conhecimento e se apropriar dele permitindo assim sua emancipação.

Assim sendo, surge um questionamento: como a participação da burguesia na luta de classes impede a oferta de uma educação pública de qualidade sendo que quem administra esse setor é o Estado?

Para responder essa dúvida, recorri a Lamosa (2013) que diz que a classe dominante dispõe de várias organizações que vem divulgando projetos, ações e iniciativas que tem como foco a educação brasileira para formação de uma visão de mundo

da classe trabalhadora alinhada a seus objetivos, naturalizando assim elementos degradantes a dignidade humana como por exemplo, a exploração da força de trabalho e a submissão dos trabalhadores. Mais à frente iremos falar detalhadamente sobre esses projetos, ações e iniciativas.

Porém, assim como os trabalhadores não são unidos como uma só força, o mesmo ocorre com a burguesia brasileira que se divide em dois grandes grupos que segundo o Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) da UFRRJ são: a frente social-liberal (LAMOSA 2017 *apud* LAMOSA 2020), e o segundo grupo é a frente liberal ultraconservadora (COLOMBO 2018 *apud* LAMOSA 2020). Enquanto o primeiro grupo é organizado em torno do movimento empresarial Todos Pela Educação (TPE), o segundo é organizado em torno da ideologia da Escola Sem Partido. Para que essa pesquisa não se prolongue demais, iremos focar apenas no movimento Todos Pela educação e como eles atuam na área da educação pública.

Este capítulo apresentou o conceito de luta de classes e fez uma breve contextualização utilizando Marx e Engels (2023), além de mostrar que a construção da escola pública também é resultado dessa constante luta entre a burguesia e a classe trabalhadora, pois para a primeira é uma ferramenta para produção de indivíduos despolitizados e sem coletividade onde irão reproduzir as relações de exploração impostas pelo capital, enquanto para a segunda classe ela é capaz de proporcionar acesso ao conhecimento sistematizado e transformador para alterar a realidade da sociedade. Para exemplificar melhor como ocorre a atuação da burguesia na luta de classes referente a educação pública foi dado o exemplo da organização Todos Pela Educação e da ideologia Escola Sem Partido, onde por escolha do autor ele irá abordar com mais detalhes apenas a primeira entidade mencionada.

4.1 Todos Pela Educação e a educação pública

Segundo o site da própria organização Todos pela Educação eles se definem como:

> [...] uma organização independente que faz advocacy pela Educação Básica no Brasil. Nosso foco é atuar para que o poder público formule e implemente políticas públicas educacionais de maneira mais efetiva.
> Não temos ligação com partidos políticos nem interesses privados. Somos financiados unicamente por doações voluntárias de pessoas e organizações. Temos autonomia para desafiar, propor, questionar e cobrar o que precisa ser mudado, sempre com base em estudos e evidências concretas. (Todos Pela Educação, 2025)

Apesar de se apresentar como uma organização apolítica que não tem fins privados, sua fundação contou com “nomes de [...] instituições financeiras das mais lucrativas do país, além políticos e ativistas dos direitos sociais.” (Catini, 2023, s/p.) além dos seus mantenedores serem tanto pessoas físicas como empresas bilionárias que “se altera de tempos em tempos e o ingresso e participação exigem doações de recursos financeiros que compõe um fundo da organização privada.” (Catini, 2023, s/p.) A exemplo temos algumas fundações que compõe o TPE e pertencem a empresas bilionárias como é o caso das Fundação Vale, Fundação Itaú, Fundação Bradesco que pertencem respectivamente as empresas Vale (421,5 bilhões), Banco Itaú Unibanco S.A (378,67 bilhões) e ao Banco Bradesco S.A (160,21 bilhões).

Eles também dizem que o fato de não receberem dinheiro público lhe dão autonomia para mudar o que precisa ser mudado, mas ocultam do povo “o fato de que cada uma das empresas que o compõe capta recursos estatais por meio de isenções fiscais, de parcerias, convênios com escolas, redes de ensino, secretarias e diretorias de educação para prestações de serviço, projetos e programas.” (CATINI, 2023, s/p.) Ou seja, eles até podem não receber verba pública de maneira direta, mas lucram utilizando instituições públicas. Dessa forma é necessário superar essa visão de que o TPE é uma organização boazinha e filantrópica que trabalha a favor da educação.

Já para Livia Herdade (2020, p. 47) “O movimento Todos pela Educação (TPE) é na atualidade a organização que sistematiza e difunde no país a contrarreforma mundial da educação.” Essa organização conta com 45 entes mantenedores em 2025, entre eles empresas, fundações e famílias como mostra a foto abaixo.

Membros mantenedores do Todos Pela Educação – 2025

Fonte: Todos Pela Educação (site)

Durante a pandemia de COVID-19, o Todos Pela Educação se articulou com várias organizações nacionais e internacionais para definir o rumo das políticas públicas da educação pública nesse tempo em que as escolas públicas estiverem fechadas. Dois pontos aqui que merecem atenção são os dois seminários online feitos pela organização em abril de 2020 onde foram definidas as diretrizes que serviram de base para as políticas educacionais durante o tempo pandêmico (HERDADE, 2020).

Porém a atuação do Todos Pela Educação não se restringia apenas a reuniões online, foi ele também que “recomendou” que as aulas fossem em uma espécie de “Ensino Remoto Emergência”, baseado em diretrizes desenvolvidas pelo Banco Mundial e materializado através de Notas Técnicas que serviram para ditar o rumo que a educação brasileira iria trilhar enquanto as escolas estivessem fechadas, não dando espaços para os outros campos sociais proporem outras soluções, ou as aulas seriam por meio do ensino remoto ou não teria aula. Esse cenário se deu por conta da omissão do Ministério da Educação (MEC) que oportunizou que o Todos Pela Educação assumisse o protagonismo da situação.

Visando criar um ambiente de democracia nas reuniões online que debatiam sobre o cenário da educação básica na pandemia foram convidados vários setores públicos governamentais, como é o caso da:

> União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); na esfera estadual o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (FNCE); e no âmbito nacional o Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), além do Conselho Nacional de Educação (CNE). Ainda foram convidados coordenadores escolares, professores do ensino fundamental I e II, secretários e ex-secretários de educação de diversas regiões do Brasil. (HERDADE, 2020, p. 50)

As reuniões consistiam em debater ideias trazidas pelo Todos Pela Educação em um curto espaço de horas e que eram baseados em Notas técnicas também desenvolvidas pelo TPE, notas essa que favoreciam os interesses das fundações que mantem a organização. Uma das notas apresentava o ensino remoto como a única solução que favorece as grandes empresas do ramo da tecnologia que atuam mundialmente, como por exemplo, a Microsoft e a Alphabet, dona do Google. Porém segundo Herdade (2020, p. 50) as BIG Data, como são chamadas as grandes empresas de tecnologia mundial, não foram as únicas favorecidas com as diretrizes propostas pelo TPE, nesse grupo também estão as “[...] as startup edtechs que são empresas com atuação direta na educação e responsáveis por produzir um amplo conjunto de

produtos e serviços vendidos para escolas públicas e privadas.” (HERDADE, 2020, p.51) Já a outra nota falava principalmente da reabertura das aulas e de volta às aulas.

Dessa forma, fica claro observar que o Todos Pela Educação estava no controle da situação, pois quem articulou o debate foram eles, as ideias debatidas eram as da organização e as bases que sustentavam o debate também tinha sido desenvolvida pela organização, tudo isso para favorecer os interesses da burguesia.

Para demonstrar melhor o porquê dos interesses do TPE pelo ensino a distância, foram escolhidas três fundações que fazem parte dessa organização e que consequentemente também defenderam e desenvolveram muitos projetos e ações voltadas para essa área durante a pandemia do COVID 19.

A primeira entidade mantenedora escolhida foi a Fundação Roberto Marinho (FRM) que segundo Rodrigues (2020, p. 55) “é o principal braço intelectual de formulação de políticas públicas para educação do Grupo Globo”. Grupo esse que tem o maior conjunto de mídias de comunicação nacional constituído por canais de televisão aberta, televisão a cabo, jornais, sites, redes sociais e outros tipos de mídia. Ela vem desempenhando uma tarefa importante de educação da camada popular desde 1960 por meio da metodologia das telessalas, que consiste em colocar os alunos em uma sala equipada com tecnologias assistivas como por exemplo televisão, DVD, computadores onde desempenham uma boa parte do processo de ensino enquanto o professor estará lá para auxiliar o aluno nas dúvidas que ele tiver, que é inclusive segundo Rodrigues (2020, p. 55) “[...] a iniciativa mais longeva de educação à distância privada no país voltada para jovens e adultos”. Isso em um cenário de caos pandêmico onde as escolas estavam fechadas, essa metodologia teria sua importância intensificada, pois como as recomendações era que a população respeitasse as normas do distanciamento social e ficasse em casa por conta do vírus do COVID-19, o consumo das mídias digitais iria aumentar drasticamente e a FRM estava ciente disso.

A Fundação Roberto Marinho é uma das principais apoiadoras do movimento Todos Pela Educação e vê ele como um grande instrumento para implementar as políticas públicas do seu agrado (RODRIGUES, 2020), tanto que quem coordenou a implementação das diretrizes da educação básica durante esse tempo pandêmico foi o próprio Todos Pela Educação seguindo as orientações do Banco Mundial que tem como perspectiva igualdade de condições de aprendizagem. Em uma primeira leitura desatenta e despolitizada, essa pode parecer uma boa perspectiva, porém caso analisada de forma crítica essa perspectiva não sai do papel, pois para que aja de verdade

essa igualdade que eles mencionam é preciso primeiro superar a gigantesca desigualdade que existe da parcela popular da população ao acesso das Tecnologias de Informação e Comunicações (TICs), assim como a desigualdade no acesso à sistemas de banda larga de internet (RODRIGUES, 2020).

Dessa forma, o ensino remoto nas escolas brasileiras organizou-se de três maneiras sendo elas:

> 1) via contrato firmado entre os sistemas de ensino com plataformas privadas, como o Google (Google Classroom), Microsoft (Teams), Facebook, dentre outras; 2) Via expansão do antigo e já difundido sistema de tele-ensino, dando novos ares a essa metodologia; 3) a partir da elaboração e implementação de plataformas próprias de ensino. (RODRIGUES, 2020, p.57)

No que diz respeito a Fundação Roberto Marinho ela se destacou nas duas primeiras maneiras de oferecer o ensino remoto.

A sua atuação na primeira maneira de ensino remoto, estava em período de testes pela organização (RODRIGUES, 2020) onde eles faziam a venda de serviços educacionais, como por exemplo, aulas utilizando a metodologia do tele ensino só que ao invés de usar o método tradicional de colocar as gravações das aulas em uma televisão por meio de um DVD ou um CD para toda uma sala de aula cheio de alunos assistirem, eles tiveram que pensar em outra alternativa já que as escolas estavam fechadas e portanto optaram por utilizar serviços de terceiros que disponibilizam um ambiente virtual eficiente como é o caso da plataforma educacional do Google (Google Classroom). Nessas salas de aulas virtuais não tinha um professor específico para cada disciplina, mas sim quatro professores, o que dá a entender que eles funcionavam como mediadores das áreas do conhecimento assim como propõe a metodologia mencionada. (RODRIGUES, 2020).

A atuação na segunda maneira de ensino remoto se deu através do programa intitulado hoje como Telecurso, onde o Grupo Globo dispõe desde 1978 de um programa em rede nacional de televisão chamado Telecurso 2º grau que tinha como objetivo levar educação ao maior número de pessoas possível utilizando a televisão. Posteriormente, em 1981, surgiu o Telecurso 1º grau, onde as pessoas poderiam assistir os episódios e comprar os materiais do programa em bancas de jornais para que assim se formasse tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.

O diploma era obtido por meio das provas aplicadas pelo próprio governo. Em 1995, os dois programas foram substituídos por um outro chamado Telecurso 2000, onde nesse terceiro programa segundo o próprio site do grupo Globo “a estrela passou

a ser a própria disciplina, já que, no início, o atrativo eram os atores famosos que atuavam como professores.” Ou seja, na primeira fase do programa, a educação era voltada aos interesses da classe burguesa, que usava a influência das celebridades para atrair o público para o tele ensino; e não para por aí. Ao oferecer o básico em um programa de educação, onde o foco era nas próprias disciplinas e com professores “de verdade” já que, na primeira fase, os atores que faziam parte do programa atuavam como docentes, o Grupo Globo considera isso como “uma verdadeira revolução” (GLOBO, s/a).

Em 2008, o programa sofreu outra modificação sendo agora chamado de Novo Telecurso e só agora incluindo disciplinas responsáveis pelo pensamento crítico e o modo de pensar a sociedade atual como é o caso da Filosofia e Sociologia, além de outras disciplinas como Música, Teatro e Artes Plásticas e não podia deixar de acrescentar mais cursos profissionalizantes. Hoje em dia, o que era só um programa de televisão virou uma metodologia de ensino aplicado em várias salas de aulas e usada em várias secretarias municipais e estaduais, como por exemplo, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ), e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG)**.**

Vale destacar que a estratégia do programa Telecurso mudou novamente e agora em 2025, todas as aulas deles estão disponíveis na plataforma YouTube em um canal de mesmo nome, mudando seu público que antes era os espectadores dos canais de televisão e focando agora nos web espectadores. Em junho de 2025 o canal do programa que pertence a Fundação Roberto Marinho conta com 887 vídeos disponíveis para o público e somando um total de 145 mil inscritos e mais de 9 milhões de visualizações (TELECURSO, 2007). Um fato interessante que chamou a atenção sobre o tema durante a pesquisa feita para obter esses dados, é que existe um canal paralelo na mesma plataforma com o nome Novo Telecurso onde apesar de ter menos vídeos (846) eles possuem um maior número total de visualizações (mais de 22 milhões) e mais inscritos (223 mil) e utiliza da logo oficial do programa na foto de perfil (NOVO TELECURSO, 2012) resta saber se esse canal paralelo é um canal secundário da fundação ou se foi feito por um terceiro para conseguir arrecadar fundos financeiros através das visualizações utilizando-se da popularidade do programa. O que

podemos saber é que quando você efetua o acesso no site oficial da Fundação Roberto Marinho os vídeos disponíveis referentes ao programa te direcionam para o primeiro canal citado aqui, no caso o de nome Telecurso.

Já a segunda fundação escolhida que também defendeu bastante o ensino remoto e desenvolveu vários trabalhos nesse ramo foi a Fundação Bradesco pertencente a empresa Banco Bradesco S.A. Segundo Lapa:

> A Fundação Bradesco conta com 40 escolas próprias, distribuídas em todos os estados e no Distrito Federal, além de outras iniciativas de difusão de sua ideologia, e sua origem remonta à década de 1950. Na área estudantil, a Fundação Bradesco é a maior instituição filantrópica do Brasil e está entre as cinco maiores da América Latina. Seu programa educacional alcança diversos níveis de formação e educação, tendo início na Educação Básica e indo até a Profissionalizante, passando pela Educação de Jovens e Adultos, e pelo Ensino a Distância. Nos últimos 10 anos, a Fundação Bradesco aplicou em educação recursos equivalentes a R$ 7 bilhões de reais (LAPA, 2020, p. 86-87).

Ou seja, estamos falando de uma fundação que atua em diversos países e que pertence a uma empresa bilionária onde segundo o próprio site deles, já foi investido mais de 9,5 bilhões em educação (FUNDAÇÃO BRADESCO, s/a) e que diferente da Fundação Roberto Marinho, ela atua em diversos setores da educação.

Apesar dessas duas fundações fazerem parte do mesmo movimento, que no caso é o Todos Pela Educação que só foi fundado em 2006, as alianças entre essas duas entidades datam desde 1977, onde eles realizaram uma parceria para promover o telensino no Brasil que foi pensando pela Fundação Roberto Marinho, buscando assim espalhar os interesses da classe dominante por meio da oferta de uma formação mínima para atuação no mercado de trabalho (LAPA, 2020). A parceria entre essas duas fundações foi tão proveitosa que originou vários programas como foi o caso do Telecurso 1º grau, Telecurso 2000 e depois o Novo Telecurso, o que já foram explicados anteriormente.

Em 2001, foi a vez da Fundação Bradesco lançar o seu próprio programa chamado de Escola Virtual que consiste em um portal de ensino a distância, 100% online e gratuito que oferta vários cursos que segundo o próprio site deles:

> [...] recebem o nome de “cursos livres” aqueles que não requerem leis específicas para funcionar, tampouco necessitam de credenciamento, autorização e acompanhamento por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Na prática, este tipo específico de curso não exige escolaridade anterior e cada instituição tem liberdade para definir o nome, o conteúdo programático e a carga horária deles (FUNDAÇÃO BRADESCO).

Esses cursos são divididos em 8 áreas, sendo elas: análise de dados, desenvolvimento pessoal e profissional, educação e tecnologia, inteligência artificial, negócios e inovação, produtividade, programação e tecnologia da informação (FUNDAÇÃO BRADESCO, s/a). Analisando as áreas de formação, dá para perceber que todos os cursos são voltados para a área de tecnologia e com foco no empreendedorismo como é o caso da área da produtividade e da área de negócios e inovações, e como os cursos não necessitam de nenhuma escolaridade prévia e as fundações são livres para escolher o conteúdo que irá ser ensinado nesses cursos, abre uma ótima oportunidade para a prática da "uberização"[2].

Outro fator que chamou a atenção na oferta desses cursos foi a área popularmente conhecida como FAQ (Frequently Asked Question) que se traduzido para o português fica perguntas respondidas frequentemente, onde estão as principais dúvidas a respeito dos cursos, no qual uma das perguntas é "Os cursos da Escola Virtual têm tutoria?" e a resposta é: "Não! Os cursos não têm tutoria! Na Escola Virtual, o aluno é o principal agente e condutor de seu aprendizado." (FUNDAÇÃO BRADESCO, s/a) O que deixa claro que os cursos trabalham na perspectiva da pedagogia construtivista, onde toda a responsabilidade do aprender recai sobre o aluno e caso o aluno não aprenda a culpa é inteiramente dele. Em outra pergunta que fica na mesma área do site, aparece o seguinte questionamento: "Acho que a minha avaliação foi corrigida de forma equivocada. Posso solicitar o gabarito da prova?" e a resposta é: Informamos que as avaliações são corrigidas pelo sistema, de forma automática, justamente para não haver equívocos durante a correção. Por motivos de segurança adotados pela Instituição, não disponibilizamos o gabarito com as respostas." (FUNDAÇÃO BRADESCO, s/a). Explicitando mais uma vez um processo de ensino totalmente robotizado, onde o aluno não tem direito nem a contestação do resultado dos exames aplicados pela fundação, onde a resposta é aquela lá e pronto acabado, abrindo assim um cenário de que o sistema utilizado para a correção é a prova de falhas e erros.

Já durante a pandemia de COVID-19, a FB reafirmou a sua preocupação com a educação e soltou uma nota em seus canais de atendimento se solidarizando com os alunos, professores e demais funcionários que trabalhavam na fundação, além de

[2] Segundo Ricardo Antunes (2020, s/p) A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de "prestação de serviços" e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho.

obedecer ao decreto 46.973 de 16 de março de 2020, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, onde anuncia o fechamento das suas escolas.

> Ao longo dos nossos mais de 63 anos é a primeira vez na nossa história que fechamos os nossos espaços escolares. Essa medida foi tomada para não colocar em risco a saúde dos nossos alunos, professores, funcionários e de todos aqueles que compartilham um pedacinho de suas histórias conosco. O cenário que vivemos com a pandemia ocasionada pela COVID-19 é delicado, mas temos certeza de que com a colaboração de todos, juntos vamos superar esse momento (FUNDAÇÃO BRADESCO).

Para saber até onde ia toda essa preocupação e solidariedade da Fundação Bradesco com os alunos e professores da fundação, o professor Carlos Mauricio Franklin Lapa realizou:

> um levantamento preliminar através de entrevistas semiestruturadas, por meio do telefone e aplicativo de conversas, com alguns alunos do segundo segmento da educação fundamental e do ensino médio da unidade escolar situada na Rua Haddock Lobo, número 253, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro (LAPA, 2020, p. 89-90).

Por meio desse levantamento foi possível saber como a escola mencionada que pertence a FB estava funcionando durante os meses de abril e maio de 2020. As turmas dos anos finais do ensino fundamental, que são as do 6º ao 9º ano, e as do ensino médio eram agrupadas em duplas totalizando 40 alunos por sala virtual mas a frequência diária dos alunos nas aulas era inferior a 50%, além de que apesar do dia a dia de boa parte da população ter sido modificado pela pandemia de Covid-19 o horário das aulas permaneceu igual, com início às 7 horas da manhã e encerramento as 12:30h de segunda a sexta, sem sofrer nenhum tipo de readequação (LAPA, 2020).

Houve também mudança nas disciplinas ofertadas com a suspensão temporária de algumas, sendo elas: Matemática, Inglês, Ética, Ciências e tendo aula apenas das disciplinas de Geografia, História, Espanhol, Educação Física, Artes e Língua Portuguesa. Olhando essa grade horária temporária dos meses de abril e maio, a pergunta que fica é: qual foi o critério utilizado para suspender algumas disciplinas e não outras? Curioso notar que justamente as disciplinas de Ética, Ciências e Matemáticas foram suspensas, mas a duração dos turnos de aulas foi mantida. Logo a disciplina de Ciências que é justamente a área de conhecimento que estuda sobre microbiologia, que tem como objeto de estudo organismos microscópicos, como por exemplo, bactérias, vírus, fungos e algas, isso dentro de um contexto de pandemia causado por um vírus que deixou milhares de mortos em um governo negacionista que ficava atacando a ciência, colocando em dúvida a eficácia das vacinas produzidas para combater tal

vírus mortal e ainda espalhando desinformação. Ou seja, a suspensão da disciplina de Ciências em um dos momentos onde ele é mais necessário não é uma simples coincidência.

Do mesmo jeito ocorre com a disciplina de Matemática, onde, em um cenário onde todos os serviços e produtos ficaram mais caros, suspender a matéria que vai ajudar o trabalhador a entender o porquê disso não é puro acaso. E por último a disciplina de Ética, que vai auxiliar o aluno a entender que vários dos processos que ocorreram durante a pandemia foram antiéticos. Para evitar que os alunos percebam todas essas contradições e comecem a fazer certos tipos de questionamentos, é mais fácil apenas suspender essas disciplinas.

Houveram também outras características notadas por meio do levantamento do professor Lapa, como por exemplo a disponibilização das atividades e materiais pelo portal da educação da Fundação Bradesco para os alunos e professores que não conseguem participar das aulas online, como se isso fosse o suficiente para solucionar o problema dos alunos que não conseguiram participar das aulas na modalidade online.

No dia 14 de abril de 2020, A Fundação Bradesco anuncia aos alunos e seus responsáveis que realizou um acordo com as operadoras de celular para que os estudantes assistissem as aulas e usassem o portal da educação da fundação com os dados moveis ligados, mas sem descontar (LAPA, 2020), o que caracteriza uma medida superficial para combater o gigantesco problema de falta de acesso que as camadas mais vulneráveis economicamente têm de acessar aos ambientes virtuais.

Na pesquisa de Lapa (2020) respostas semelhantes às do tipo abaixo era comuns quando ele perguntava o motivo da não participação dos alunos nas aulas online:

> [...] nem todos têm acesso à internet; nem todos os computadores ou celulares têm programas e capacidades para a utilização da plataforma. [...] Além disso uma reclamação se fez uníssona durante as entrevistas com os alunos: a constante pressão da FB para que participem das aulas a qualquer custo, sem que sejam levadas em consideração suas condições materiais e psicológicas durante o período de afastamento social. (LAPA, 2020, p. 90-91)

Fica claro que nem todos os alunos dispõe de condições materiais para participar das aulas online e isso é exemplificado ainda melhor nos depoimentos que Lapa (2020) coletou durante o levantamento da sua pesquisa.

> A escola também fez um acordo com as operadoras para os alunos assistirem às aulas e usarem o portal educação com os dados móveis ligados sem gastar seus créditos, mas aqui em casa só a minha mãe tem celular. o app tem

> alguns problemas, de vez em quando não dá para escutar os professores e temos que desinstalar e instalar novamente para dar certo (aluno A).
> Tenho uma irmã pequena e tenho que tomar conta dela. Na minha casa temos apenas 2 cômodos para 7 pessoas, não tenho um espaço nem tempo para estudar, sinto que estou ficando para trás (aluno B).

Além disso, outro fator que a Fundação Bradesco desconsiderou durante o período das aulas remotas na pandemia foi que “os critérios socioeconômicos declarados pela própria Fundação em seu relatório de atividades 2017, onde a renda per capita atingiu R$ 574,70 (o salário-mínimo brasileiro foi de R$ 937,00 em 2017)” (LAPA, 2020, p. 91).

Todos esses fatores apresentados durante o texto contribuíram para que a frequência dos alunos fosse inferior a 50% durante as aulas online do mês de abril e maio de 2020, que foi o tempo que a pesquisa durou. Assim se vê que a preocupação com a educação e o espírito de solidariedade da Fundação Bradesco com os alunos, familiares, professores e demais funcionários da fundação ficavam apenas nas notas compartilhadas nos seus canais de atendimento.

E assim chegamos a última entidade escolhida, a Fundação Leman, uma das várias mantenedoras do programa Todos Pela Educação e que é apresentada como:

> [...] uma organização familiar e sem fins lucrativos que colabora com iniciativas para a educação pública em todo o Brasil e apoia pessoas comprometidas em resolver grandes desafios sociais do país. A FL [...] não vende nenhum produto educacional. Além disso, não está associada a nenhuma organização privada e não apoia nenhum partido político, coligação ou campanha eleitoral (SIQUEIRA, 2020, p. 97).

A pergunta que fica é: será que ela é mesmo uma fundação familiar e que se preocupa com a educação pública ou é apenas mais uma fundação a serviço de uma classe dominante que fatura em cima de causas sociais? É isso que pretendo responder durante a análise sobre essa fundação.

A fundação Leman leva no seu nome o sobrenome do seu atual presidente e fundador Jorge Paulo Leman, empresário cujo patrimônio está avaliado em mais de 90 bilhões e segundo a lista da Revista Forbes 2024 é a terceira pessoa mais rica do país.

A atuação da Fundação Leman se dá de duas maneiras: sendo a primeira por meio de acordos comerciais com entidades que também compõe o Todos Pela Educação para a promoção de venda de serviços e produtos pedagógicos para as secretarias estaduais e municipais minando assim cada vez mais o orçamento governamental para educação pública.

A segunda maneira é por meio de investimentos na educação privada, onde um bom exemplo disso é os seus investimentos no grupo educacional ELEVA. Mas diferente da Fundação Bradesco que criou e é dona de sua própria escola, A Fundação Leman não é dona do grupo educacional ELEVA, mas sim apenas investidora e ela atua nesse grupo educacional por meio da "[...] venda da mercadoria-educação e na incorporação de todo processo pedagógico à lógica do capital." (SIQUEIRA, 2020, p.99)

Esse grupo educacional surgiu a partir de 2013, como resultado da fusão de duas grandes redes de escola já consolidadas, sendo elas o grupo Elite e Pensi. Essa fusão contou com o apoio financeiro da Gera Venture que é "uma empresa de gestão de ativos cujo objetivo é gerar retornos atraentes para seus investidores" (SIQUEIRA, 2020, p. 99) que tem como um dos seus conselheiros Jorge Paulo Leman. O grupo possui mais de 130 escolas espalhados por 11 estados e o Distrito Federal, além de mais de 150 mil alunos utilizando o material pedagógico da fundação (SIQUEIRA, 2020).

Para saber como a Fundação Leman se posicionou durante a época da pandemia, o pesquisador Pedro Henrique Dias Siqueira, fez um levantamento de dados em fontes primárias como por exemplo, o site da organização e a rede social Facebook da organização, onde eles publicavam seu passo a passo de como estavam atuando nesse cenário pandêmico.

A primeira postagem da fundação a respeito do tema foi no dia 16 de março de 2020, um dia após a Secretaria de Educação de São Paulo decretar a suspensão das aulas presenciais. Na nota a organização se disponibilizou a ajudar as autoridades educacionais nesse tempo difícil, além de demonstrar sua preocupação com a parte da população mais carente. Siqueira (2020) utiliza das palavras de Fiera, Evangelista e Flores (2020), para dizer que essa abordagem se trata de uma estratégia "de construir na opinião pública o consenso forjado em torno do "direito de aprendizagem" aos "vulneráveis" sobre a necessidade do "ensino remoto" nas redes públicas de Educação Básica" (SIQUEIRA, 2020, p.102).

Dessa forma, para que os jovens não fiquem sem ter aulas pois resultaria em um tremendo prejuízo no seu desenvolvimento escolar e cognitivo, é dever do Estado buscar alternativas para que isso não ocorra, mas como ele não dá conta de resolver esse problema sozinho, caberia ao governo recorrer a parcerias com outros setores da sociedade que também desenvolvem e possuem "soluções educacionais" para

esse tipo de cenário, onde seria as aulas baseadas na Educação a Distância (EAD) que já existe a algum tempo, para que dessa forma todos os alunos não fiquem sem frequentar as aulas.

Siqueira (2020) repudia esse posicionamento da Fundação Leman e diz que talvez esse seja o principal projeto burguês da época da pandemia porque aproveitando-se do cenário de fechamento das escolas para promover o ensino remoto de acordo com os moldes da classe dominante que viu nisso uma oportunidade para popularizar algo que já existia, mas não tinha força e ainda por cima de acordo com seus interesses.

Já em 22 de maio de 2020, a organização disponibilizou em seu site um panorama geral das suas iniciativas e os projetos que eles estavam apoiando. Lembrando que a Fundação que pertence ao Jorge Paulo Leman não vende nenhum produto educacional, a sua maneira de atuar é por meio de parcerias, onde ela oferece os produtos e serviços dos seus parceiros para os setores públicos, como por exemplo as secretarias municipais e estaduais, e para os setores privados da educação, como é o caso do grupo educacional ELEVA, então é dessa forma que a Fundação Leman prestou apoio ao governo no tempo da pandemia, por meio de oferecimento de programas desenvolvidos ou apoiados por eles, como por exemplo: “Aprendendo Sempre; AprendiZAP; Youtube Edu; Simplifica; Centro de Mídias da Educação de São Paulo; Vamos Aprender” (SIQUEIRA, 2020, p. 103). Cada vez que alguma secretaria estadual ou municipal fechava acordo com essa entidade para a obtenção desses programas era mais uma vez que a verba pública da educação ia para os cofres das empresas privadas, de forma direta ou indireta.

É importante destacar também as parcerias do governo com as operadoras de banda larga e serviço de dados móveis que inclusive também estão no segmento educacional como é o caso da Fundação Telefônica Vivo, que não iremos falar sobre ela aqui, mas vale a sua menção pois ela também participa do movimento Todos Pela Educação.

Por fim, o que essas três fundações, Roberto Marinho, Bradesco e Leman tem em comum além de participar do Todos Pela Educação? Todas elas defendem e desenvolvem trabalhos por meio do ensino remoto para que assim a educação da classe trabalhadora atenda aos ideais da classe burguesa proporcionando assim apenas uma cesta básica de conhecimentos, só o suficiente para que os trabalhadores possam ocupar seus postos no mercado de trabalho desempenhando seus papeis de

maneira cada vez mais produtivas, mas sem protestar por melhores direitos de condições de trabalho e sem reconhecer a importância da coletividade.

Ao deslocar o centro de importância das escolas públicas gratuitas e presenciais para as salas de aulas virtuais ou outras metodologias de ensino remoto, além de causar uma regressão no ensino ainda irá se justificar a precarização das escolas já que se as aulas estiverem sendo todas na modalidade online não tem o porquê de se investirem em escolas presenciais intensificando ainda mais o processo de precarização e até o fechamento das escolas que atendem as classes populares que muitas vezes não tem acesso as tecnologias que permitem que o aluno adentre a sala de aula virtual, seja por questões econômicas, estruturais, familiares ou quaisquer outras.

Por isso a luta de classes é tão importante porque quando se retira ela, a luta por uma educação pública de qualidade e gratuita passa a ser uma questão individual onde os mais vulneráveis não terão chances de disputar esses espaços escolares contra as empresas e fundações que estão organizados em movimentos que pregam uma falsa defesa das causas sociais mas que estão na verdade cada vez mais se apropriando dos aparelhos governamentais, como por exemplo, o Conselho Nacional de Ensino, as secretarias estaduais e municipais.

Nesse tópico foi demonstrado como as fundações vinculadas ao Todos Pela Educação e a burguesia se promovem como uma opção salvadora da pátria, preocupados com a educação pública, mas que na realidade seus projetos e os trabalhos desenvolvidos por essas entidades foram no caminho contrário dos seus discursos. Assim como no tópico 3.2 onde foi escolhido três setores da escola para exemplificar melhor o assunto do que o texto tratava, nesse subitem não foi diferente e optamos por três fundações que atuaram fortemente para influenciar o âmbito da educação pública nacional durante a pandemia de COVID-19 que foram: Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco e Fundação Leman.

Essas entidades juntas do Todos Pela Educação sequestraram a pauta da educação pública com um discurso de que naquele dado momento o governo brasileiro não conseguia dá conta dela sozinho para que assim pudesse lucrar em cima disso vendendo produtos e serviços para as secretarias de educação estaduais e municipais. Além disso, eles utilizaram desse pretexto para também divulgar a ideologia burguesa por meio do material escolar/didático adquirido pelos governos de cada estado ou cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar essa pesquisa, o objetivo geral dela era entender como ocorre o processo de precarização na escola pública brasileira e como isso pode estar ou não alinhado com os interesses de certa classe social, pois acreditava-se na hipótese de que a desvalorização da escola pública era uma estratégia para vender matrículas nas escolas privadas enriquecendo assim os donos dessas escolas e privando a classe trabalhadora de uma boa educação, o que não se mostrou um pensamento totalmente errado, porém a questão era muito mais complexa do que se pensava. Pois não é apenas os donos das escolas privadas que se favorecem da precarização da escola pública, mas sim toda a classe burguesa; seja eles donos de qualquer grande empresa, tendo ou não uma relação direta com a educação. Pois eles também colhem os frutos desse projeto político, pois sim, manter as camadas populares sem uma educação de qualidade é sim um projeto político, para que se possa ter trabalhadores ofertando sua força de trabalho por um baixo valor, para que se possa assim lucrar através da exploração da mão de obra do trabalhador que não teve acesso a uma educação emancipatória, e manter as bases de uma sociedade exploratória que, enquanto a maioria se mata de trabalhar sem ter acesso a serviços públicos de qualidade, um pequeno grupo de pessoas fica aproveitando o resultado disso, sendo que, às vezes, muitas dessas pessoas nem moram no Brasil, mas se dizem preocupados com a educação pública brasileira.

Dessa forma, a introdução é sucedida pelo capítulo dois intitulado **educação, trabalho e escola pública**, onde o autor destaca que as instituições e conceitos educacionais são objetos de disputa entre as classes sociais, expressando concretamente a luta de classes. Com a escola não é diferente: mais crucial do que definir o que é uma escola, é defender um modelo que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora, capaz de superar as contradições do capitalismo.

Após isso é feito um breve levantamento sobre a historicidade da escola pública, demonstrando que jamais houve um sistema público educacional com condições mínimas para promover a emancipação humana do povo trabalhador e que o o cenário atual permanece marcado por uma educação precarizada que sequer atinge os requisitos básicos para uma formação de qualidade.

Ao final desse capítulo, o autor explora a conexão entre os desafios enfrentados pelos trabalhadores nas fábricas e aqueles vividos pelos profissionais da educação

nas escolas. Essa análise evidencia que existem múltiplos fatores que influenciam no modo de trabalho em ambos os contextos, impactando diretamente a produção do trabalhador, seja no ambiente fabril ou escolar.

No terceiro capítulo da monografia que tem o nome de **precarização da escola pública brasileira**, o pesquisador apresenta os dados do Censo Escolar 2024 referentes a infraestrutura das escolas públicas e por meio da análise dos mesmos, ele vem a discorrer sobre como a precarização afeta na prática o dia a dia da escola pública precarizada. A importância desse capitulo se dá pela materialização do que foi debatido nos tópicos anteriores indo assim para além do discurso, apresentando dados concretos que faz com a pesquisa fique mais robusta.

O quarto capítulo chamado de **a relação entre lutas de classes e a construção da escola pública brasileira** é dedicado como o próprio subtítulo sugere à luta de classes e a sua importância na construção de uma escola verdadeiramente comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Para alcançar esse objetivo, é fundamental superar definitivamente a visão romantizada que busca soluções milagrosas para a educação pública, frequentemente atribuídas a instituições misteriosas, muitas vezes privadas. Essa pesquisa busca demonstrar que a verdadeira transformação será possível por meio da participação da classe trabalhadora na luta de classes.

Dessa forma fica claro que a precarização da escola pública é um projeto político da burguesia para que o proletário não tenha acesso a uma educação emancipatória que os vai permitir se livrar de suas correntes “simbólicas”. Porém para impedir isso, a classe dominante utiliza de várias estratégias para que isso não ocorra, como foi o caso de popularização da escola pública apenas por volta de 1930 por conta do processo de industrialização que o país passava, o que não quer dizer que não existia escola pública antes disso, pois existia sim, mas não era de fácil acesso para os trabalhadores, pois como até essa época o Brasil era um país majoritariamente agrário, o que tem suas consequências até os dias atuais, a burguesia não via necessidade de fornecer educação a população até esse momento.

Porém isso veio a mudar com a industrialização do país, pois os trabalhadores precisavam saber operar as máquinas para que dessa forma a produção aumentasse e consequentemente o lucro do seu chefe também. Porém não poderia operar os maquinários de qualquer maneira, com o risco de quebrar a máquina e assim parar ou atrasar a linha de produção, então tendo isso em vista a opção mais rendável para a

burguesia foi investir em uma educação pública, propositalmente esvaziada de conteúdo acadêmica e deficitária subsidiada pelo Estado, pois assim iria diminuir os custos mas que ao mesmo tempo o currículo estaria relacionado com os interesses dominantes propagando assim uma educação pragmática onde a pessoa sairia da escola com conhecimento suficiente para assumir um posto no mercado de trabalho e ao mesmo tempo o Estado se promoveria como um ente bondoso para seu povo, pois se antes não havia educação para todos agora há, espalhando assim uma falsa imagem de uma nação educada, evoluída.

Conforme a sociedade vai se remodelando como resultado da luta de classes, a burguesia vai alterando suas estratégias para se manter no poder, e a precarização que é algo que afeta várias esferas sociais, é uma dessas estratégias pois além de atingir um grande público ainda se configura como um mecanismo simbólico de sujeição presente nos currículos escolares, revelando-se assim mais eficiente e duradouro do que o uso da força física direta.

Então é urgente superar pensamentos superficiais do tipo “pelo menos agora eu tenho uma escola onde meu filho possa estudar” pois apenas isso não é o suficiente para a construção de uma sociedade melhor. É óbvio que é muito importante que todos tenham acesso à educação, mas é preciso se questionar que tipo de educação é essa que está sendo ofertada, se é do tipo que vai formar mais pessoas padronizadas para substituir outras no mercado de trabalho, ou se é uma educação que permite a pessoa refletir, questionar as contradições da realidade que vive e assim lutar de forma coletiva para pôr fim a essas contradições.

Conforme esse trabalho vai chegando na sua reta final é importante destacar aqui algumas limitações que o autor teve durante a pesquisa, entre elas está a falta de dados públicos de fácil acesso em vários períodos históricos da história do Brasil, dificultando assim a consulta em documentos oficiais, tendo que recorrer a fontes de instituições privadas como foi o caso do site QEdu. Outra dificuldade presente no desenvolvimento do trabalho foi o curto tempo disponível que o pesquisador teve para estudar os materiais disponíveis, refletir sobre eles e só então produzir algo baseado naquilo que foi pesquisado.

Também é importante dizer que ao final de uma pesquisa vai surgindo novas dúvidas e questionamentos, e nesse sentido, esse estudo não poderia ser diferente, como foi o caso de perguntas do tipo: o que será que mudou no setor educacional desde a época da pandemia de COVID 19 que teve seu fim em 2022 até os dias atuais?

Se houveram consequências como resultado das aulas serem na modalidade do ensino remoto para as turmas da educação básica durante esse período? Se sim quais foram essas consequências para a formação científica do sujeito? Será que após o fim do período pandêmico as fundações analisadas nesse trabalho se rearticularam para ver novas formas de influenciar a educação pública brasileira ou ainda estão focando seus esforços no ensino remoto? Até que ponto as plataformas digitais da classe burguesa (YouTube, Facebook, Google Classroom) estão contribuindo para o compartilhamento do pensamento dominante, e não fortalecendo o proletariado ainda mais na luta de classes? Ajudando assim a divulgar novas figuras marxistas e comunistas, como é o caso do Thiago Torres, do canal Chavoso da USP; do Jones Manoel, do canal Farol Brasil; e do Guilherme Terreri, do canal Tempero Drag; que estão presentes não apenas no YouTube, mas em todas as plataformas sociais. Fica esses e outros questionamentos para serem respondidos por outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

A POLÍTICA do livro e leitura como um direito humano. Outras Palavras. Disponível em: https://outraspalavras.net/poeticas/brasil-a-literatura-como-um-direito-humano/. Acesso em: 4 maio 2025.

AGÊNCIA SENADO.FGTS substituiu estabilidade no emprego. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/05/em-1967-fgts-substituiu-estabilidade-no-emprego. Acesso em: 23 mar. 2025.

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** Tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDES. **A contrarreforma do ensino médio**: o caráter excludente, pragmático e imediatista da Lei nº 13.415/2017. Brasília, jun. 2017.

BELLOTO, Marcus Vinicius Tereza; JUNIOR, Juares Elias Santos; MACEDO, Elenir Alves; PONCE, Adão; GALISTEU, Kátia Jaira; DE CASTRO, Edna; TAUYR, Luciana Ventura. ROSSIT, Andréa Regina Baptista; MACHADO, Ricardo Luiz D. Enteroparasitoses numa população de escolares da rede pública de ensino do Município de Mirassol, São Paulo, Brasil. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 2, n. 1, p. 37-43, 2011. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/pdf/rpas/v2n1/v2n1a04.pdf. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. **Ano de 2024 e o mais quente no Brasil desde 1961**. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/ano-de-2024-e-o-mais-quente-no-brasil-desde-1961. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 14 jun. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html. Acesso em: 11 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 4 maio 2025.

CATINI, Carolina. **A reforma do ensino médio e a "nova geração de negócios"**. Blog da Boitempo, 21 mar. 2023. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2023/03/21/a-reforma-do-ensino-medio-e-a-nova-geracao-de-negocios. Acesso em: 4 jun. 2025.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC. O ABC. Disponível em: https://www.consorcioabc.sp.gov.br/pagina/82/municipios-consorciados/sub-pagina/5. Acesso em: 23 mar. 2025.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FUNDAÇÃO BRADESCO. Escola Virtual. Disponível em: https://www.ev.org.br. Acesso em: 6 jun. 2025. (Nota: Entradas consolidadas em uma única referência).

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**: 6ª edição. [S. l.], 2024. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/. Acesso em: 10 jul. 2024.

LAMOSA, Rodrigo (org.). **Classe dominante e educação em tempos de pandemia**: uma tragédia anunciada. Parnaíba: Terra sem Amos, 2020.

LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia** – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Tradução Maria Lucia Como. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NAGEL, Andréia Saggin. **Enteroparasitoses em escolares da rede pública em um município da região noroeste do Rio Grande do Sul** – Brasil. Pelotas, 2014. Acesso em: 30 maio 2025.

NOVO TELECURSO. Disponível em: https://www.youtube.com/@TelecursoNovo. Acesso em: 6 jun. 2025.

O ABC. Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Disponível em: https://www.consorcioabc.sp.gov.br/pagina/82/municipios-consorciados/sub-pagina/5. Acesso em: 23 mar. 2025.

PORTAL DRAUZIO VARELLA. **Ferimentos por água viva**. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/ferimentos-por-agua-viva/. Acesso em: 17 mar. 2025.

PRECARIADO. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/precariado. Acesso em: 19 mar. 2025.

REVISTA FORBES. **Lista de bilionários da Forbes tem brasileiro mais rico da história**; veja top 10 de 2024. Disponível em: https://forbes.com.br/forbes-tech/2024/08/lista-de-bilionarios-da-forbes-tem-brasileiro-mais-rico-da-historia-veja-top-10-de-2024/. Acesso em: 7 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos e formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020.

SAVIANI, Dermeval. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 743-760, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.cedes.unicamp.br/. Acesso em: 11 abr. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. E-book.

SOUZA, Nêuton Silva; FERREIRA, Marjane S.; CAVALCANTE, Adriana N.; COSTA, Dairle S.; SILVA, Suellen F.C.; MORAES, Elizabeth C.; MORAIS, Gisele C.; LIMA, Fabiene L.; ALMEIDA, Rosângela B.; SILVA, Nirany dos R.F.; RIBEIRO, Geylene A.; SOUSA, Michelle A; GOMES, Sâmea C. S.; MOREIRA, Vanessa R.; GALVÃO, Lourena S.; SOUSA, Ênio O.F.; SILVA, Andiara Garcez de Souza. MOREIRA, Hallyne Davinck Mesquita. Ocorrência de enteroparasitos em escolares da periferia da Universidade Estadual do Maranhão. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 16, n. 1, p. 7-14, 2008. Disponível em: https://ppg.revistas.uema.br/index.php/PESQUISA_EM_FOCO/article/view/8/191.

TELECURSO. **Conheça as origens do Telecurso**. Disponível em: http://educacao.globo.com/telecurso/noticia/2014/11/historico.html. Acesso em: 5 jun. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Professores temporários nas redes estaduais do Brasil**. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2024/04/estudo-professores-temporarios-nas-redes-estaduais-do-brasil-todos-pela-educacao.pdf. Acesso em: 4 abr. 2025.

VALMIRA, Perucchi. A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma - Santa Catarina. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 1-15, 1999. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/341/404

MEMORIAL

Eu nasci no dia 14 de maio de 1999, no hospital Regional de Miracema (HRM). Filho de Eva Dias da Silva, auxiliar de cozinha e Marcelino de Souza Matos, professor concursado do estado do Tocantins. Eu sou o filho do meio de pais separados e de uma família que tem 3 filhos, onde o mais novo se chama Lucas Dias Gomes e o mais velho se chama Kelvyn Hathayan Dias Gomes. No ano que eu nasci, minha mãe era uma pessoa muito pobre e era a única responsável pela renda da casa, tanto que a gente morava em uma invasão que ficava depois de um setor, cujo nome é setor universitário. Sobre essa época eu tenho poucas memórias, mas uma coisa que me marcou muito e que era perceptível, era a divisão que havia entre o restante da cidade e a invasão onde nós morávamos, como se existisse uma barreira simbólica onde dizia "aqui termina a cidade e aqui começa a invasão", onde era simbolizado claramente pelo asfalto pois onde ele terminava era justamente onde começava estrada de areia que dava acesso a invasão.

Outro lembrança importante dessa época que eu não tenho recordações, mas que minha mãe já me contou diversas vezes é que eu demorei muito a começar a falar e andar se comparado a crianças da minha idade, e na mesma época ela conheceu uma mulher chamada Sueli que veio a se tornar amiga dela e que trabalhava na associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e como ela estava preocupada comigo por eu não ter começado nem a andar e nem a falar, ela juntamente com essa amiga me colocou na APAE para que eu fizesse fisioterapia e assim começasse a andar.

A vida da minha família e consequentemente a minha vida veio a melhorar quando minha mãe conheceu e começou a se relacionar com um homem chamado Frederico Jardim Gomes, o que veio a se tornar o pai do meu irmão caçula e o que eu chamo de meu pai de criação. Foi a partir dele que a nossa condição econômica veio a melhorar e a gente finalmente pode sair da invasão e veio a morar em um bairro melhor, que era mais seguro, mais próximo de mercados, escolas, lanchonetes e outras coisas. Ele esteve presente em toda minha infância e adolescência e ele veio a constituir uma figura paterna que admiro e respeito até hoje. No ano de 2016 ele infelizmente veio a falecer, vítima de câncer no fígado e na bexiga, mas ainda assim ele configurou e configura até hoje uma das figuras masculinas mais importantes no meu desenvolvimento humano.

Em 2006, quando eu fiz sete anos eu me mudei para Brasília para morar com a família do meu pai, mais especificamente com minha tia, que diferente da minha família paterna, eles possuem uma boa condição financeira e, portanto, custearam todo meu tratamento no fonoaudiólogo, onde eu ia semanalmente nas consultas para desenvolver a questão da comunicação.

Morando em Brasília, eu estudei em duas escolas públicas, sendo a primeira o Centro de Ensino Fundamental (CEF) 306 Norte, pois era a mais perto de casa, já que eu morava na quadra 307 Norte. Aqui é importante destacar que tanto a escola como o local como eu morava ficam em regiões nobres de Brasília, chamada Asa Norte em referência a planta da cidade ser construída no formato de um avião.

Nessa escola eu fiquei estudando por dois anos no período vespertino e cursei do 1º ao 3º do ensino fundamental, e por ser perto de casa eu sempre ia caminhando para a escola sempre acompanhado de um adulto. A estrutura da escola era bem simples, onde ela era rodeada por grades verdes e nada de muros, a entrada principal era composta por uma escada com poucos degraus e logo na entrada já ficava algumas salas que se não me falha a memória era da secretaria e coordenação. Para ter acesso ao interior da escola era necessário passar por uma grade vazada, que dava de frente para o pátio escolar que ficava no meio do terreno enquanto as salas de aulas ficavam nas laterais. Além disso a escola também contava com uma biblioteca e uma cantina.

Já a segunda instituição de ensino onde eu estudei, foi o Colégio Militar Dom Pedro II (CMDP II), onde estudei lá por três anos, do 4º ao 6º ano e segundo o regulamento do colégio ele é considerado uma entidade de ensino público. Esse colégio conta com uma super estrutura desde de salas de ar climatizadas com ar condicionado, até centro de primeiros socorros com profissionais qualificados, como é o caso de enfermeiros, além de contar com ambulância própria para atender casos mais urgentes de alunos que se machucassem, passando pelo fato da escola possuir duas quadras de futebol cobertas, um ginásio de esportes também coberto, duas piscinas olímpicas, uma biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informático, cantina, campo de futebol, vários pátios descobertos e um prédio administrativo.

Em 2011, quando realizei 12 anos, eu retornei para morar com minha mãe e meu pai de criação, mas dessa vez moramos em Belo Horizonte, onde eu cursei o 7º ano na Escola Estadual Cesário Alvim, uma escola pública que fica no centro da cidade e onde meu irmão caçula já estudava e dessa forma ficava mais fácil para os

meus pais levarem eu e meu irmão lá. Apesar de ser uma escola localizada no centro de Belo Horizonte ela também recebia o público que mora em regiões mais distantes da cidade. A estrutura dessa escola era bem simples, constituído por um pátio quadrangular descoberto que ficava no meio do terreno e as salas ficavam ao redor do pátio. A escola também contava com uma biblioteca e um refeitório, sobre as salas referentes ao setor administrativo da escola (secretaria, coordenação e direção) eu não me recordo de onde as salas ficavam, mas eu sei que elas existiam.

No ano seguinte, meus pais decidiram voltar a morar em Miracema, onde eu cursei o 8º e o 9º ano na Escola Estadual Onesina Bandeira, que era a escola pública mais próxima de casa. A sua estrutura também era bem simples, mas a novidade nessa escola era que possuía uma quadra de vôlei de areia, mas que não era utilizada pelos professores de educação. Ela também conta com uma quadra de esportes coberta e dois blocos de salas, onde a maioria são utilizadas para ministrar aulas, uma sala era utilizada como biblioteca onde os professores raramente levavam os alunos lá para utilizarem dos livros disponíveis e as outras salas eram utilizadas pela coordenação, direção e secretária. A escola também dispunha de cantina, porém não tinha refeitório, ou seja, os alunos tinham que comer o lanche dentro das próprias salas de aula.

Em 2015, eu retorno para Brasília para morar novamente com minha tia que tinha me abrigado em 2006, porém dessa vez eu moro lá apenas por um ano, onde eu realizo o meu 1º ano do ensino médio no Centro de Ensino Médio da Asa Norte (CEAN), novamente mais uma escola pública na região nobre de Brasília. Essa escola contava com dois blocos de salas de aula, quadra de esportes, cantina e refeitório, áreas arborizadas e a novidade aqui fica por conta do viveiro que durante todo o ano de 2015 ficou desativado, porém da metade do ano para o final tinha um professor com um projeto de revitalização dele, além de outro projeto do mesmo professor de plantio de árvores nativas do cerrado nas áreas desocupadas do colégio. Apesar de ser uma escola em área nobre, ela também recebia vários alunos de bairros mais afastados.

No final de 2015 eu retorno para Miracema e concluo os estudos no Colégio Tocantins em 2017.

Em 2018 voltei para Brasília, já formado no ensino médio e à procura de emprego, mas não obtive sucesso. Então minha família paterna pagou alguns cursos profissionalizantes para eu entrar no mercado de trabalho, como o de bombeiro civil e

o de assistência técnica em celulares e tablets, mas também não gerou o resultado esperado.

Foi apenas no segundo semestre de 2018 que ingressei no ensino superior. Consegui uma vaga no curso de Administração Pública na Faculdade JK, instituição particular onde fui aprovado por vestibular. Cursei até 2020, quando precisei trancar a matrícula devido à pandemia de COVID-19 e conflitos familiares com minha família paterna. Posteriormente eu tentei retomar o curso de administração pública em outra faculdade particular, dessa vez em Palmas pela Uninassau, mas apesar de ter sido aprovado no Programa Universidade para Todos (PROUNI), a instituição alegou que não teve alunos suficientes para formar uma nova turma para aquele semestre.

Foi apenas em 2020 que, incentivado pela minha mãe e pelos meus irmãos, participei pela quarta vez do ENEM. Consegui uma nota suficiente para me classificar em alguns cursos da Universidade Federal do Tocantins, tanto no campus de Palmas quanto no de Miracema. Assim, voltei mais uma vez para o Tocantins, mas dessa vez não para Miracema, e sim para Lajeado, pois minha mãe já morava lá. Porém como os cursos disponíveis para a minha nota no campus de Palmas não me interessavam, eu optei pelo campus de Miracema, onde eu tinha três opções sendo elas: Serviço Social, Educação Física e Pedagogia.

Fui escolhendo o curso por eliminatória. Primeiro, descartei Educação Física: como não conhecia a matriz de nenhum dos cursos, minha escolha foi por proximidade. E, por saber que essa área envolve muito esporte e exercícios físicos, algo que não me agradava, foi a primeira a ser excluída. Assim, restaram Serviço Social e Pedagogia. Inicialmente, optei por Serviço Social, pois questões sociais sempre me interessaram. Contudo, influenciado pela minha mãe, que já dizia a muito tempo que um dos seus sonhos era ter um filho professor e comentou que Miracema já tinha muitos assistentes sociais, acabei optando pela Pedagogia. Fiz essa opção porque, embora inicialmente não quisesse ser professor (algo que hoje desejo), sempre admirei os bons professores que tive. Eles me mostraram que o senso comum sobre a área - de que 'não compensa', 'não paga bem' ou 'não vale a pena' - está errado, especialmente quando se trata de um setor tão importante para a sociedade, até porque dizer que Pedagogia serve apenas para formar professores é uma visão uma tanto quanto limitada, quando na verdade para os pesquisadores críticos dessa área ela é na verdade a ciência que estuda a educação e eu não poderia ter acertado mais em uma escolha do que essa.